

Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, nesta Vila de Coruche, Auditó-
rio do Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja
Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário
Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segunda Secretária Ana Patrícia Caçador Palma (Partido
Socialista)
Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão,
Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Ernesto Cordeiro, Artur Fernando Salgado e José Fernan-
do Constantino Teles (Partido Socialista)
José Nogueira da Silva Casanova, Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo, Fernando
Aníbal Serafim, Armando Rodrigues e Liliana Catarina Barroso de Sousa (Coligação Democrá-
tica Unitária)
Abel Manuel de Matos Alves dos Santos e Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento
Independente de Cidadãos por Coruche)
José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata)
Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscai-
nho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da
Branca - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço -
Coligação Democrática Unitária), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Fre-
guesia da Fajarda - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da
Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente
da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista)
Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Fer-
reira e Luisa Pinheiro Portugal (Partido Socialista) António Joaquim Soares (Coligação Demo-
crática Unitária), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa - Presidente da Junta de Freguesia de
Coruche e Mário Isidro das Neves Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia da Erra (Partido
Socialista).
O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de
conformidade com os Artigos 78° e 79° da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção
da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:
A Deputada Municipal Isabel Maria Berbardina Ferreira fez-se substituir por José Dioní-
sio, membro a seguir na lista do Partido Socialista
A Deputada Municipal Luisa Pinheiro Portugal fez-se substituir por Patrícia Sofia Rosão
Tadeia, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de presença de Sér-
gio Manuel Teles



O Deputado Municipal António Joaquim Soares fez-se substituir por Rui Miguel Frieza
Aldeano, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, o qual compareceu já no
decorrer dos trabalhos
O Deputado Municipal Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa fez-se substituir pelo se
substituto legal, António Justino Ferreira, Secretário da Junta de Freguesia de Coruche
Verificado o quórum, com a presença de vinte e sete membros, o Presidente da Assem
bleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e dez minutos, com a seguinte Orden
do Dia:
PONTO UM - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSE
LHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DA LEZÍRIA II
PONTO DOIS - FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS AO ABRIGO DO ARTIGO
20.° DA LEI N.° 2/2007
PONTO TRÊS - FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA AO ABRIGO DO ARTIGO 14.º DA LE
N.º 2/2007
PONTO QUATRO - TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2010
PONTO CINCO - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2010
PONTO SEIS - APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIA
NUAL DE INVESTIMENTOS E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA O
ANO DE 2010
PONTO SETE - MAPA DE PESSOAL A APROVAR NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO
4.º DA LEI N.º 12-A/2008 PARA O ANO DE 2010
PONTO OITO - AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A REPARTIÇÃO DI
ENCARGOS ENTRE OS ANOS 2009/2010 DA EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA
ENTRADA NASCENTE DE CORUCHE
PONTO NOVE - FIXAÇÃO DO VALOR DAS INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS PELA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PONTO DEZ - ENTRADA EM ESPÉCIE NA "L.T SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBA
NA, E.M." - RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS ELABORADO NOS TERMOS DO DIS
POSTO NO ARTIGO 28.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
PONTO ONZE - RECTIFICAÇÕES AOS ESTATUTOS DA "AR - ÁGUAS DO RIBATEJO"
PONTO DOZE - ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA "AR - ÁGUAS DO RIBATEJO"
PONTO TREZE - SAÍDA DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ DA "AR - ÁGUAS DO RIBATEJO"
PONTO CATORZE - ENTRADA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS NA "AR - ÁGUAS DO
RIBATEJO"
PONTO OUINZE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO



Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereado-
res, Francisco Silvestre de Oliveira, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Por-
tugal Neto Capaz
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
APROVAÇÃO DA ACTA DE SESSÃO ANTERIOR: O Presidente da Assembleia
colocou à apreciação a Acta da Primeira Reunião, realizada em 23 de Outubro de 2009
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer proposta de alteração à Acta, o
Presidente da Assembleia colocou a mesma à votação
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (quinze do PS,
seis da CDU, dois do MIC e um do PSD) e três abstenções dos Deputados Municipais Fernando
Serafim da CDU e Patrícia Tadeia e António Ferreira do PS, aprovar a presente Acta
O Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência com o registo n.º 198
a 291, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais
A partir deste momento, o Deputado Municipal Rui Miguel Friezas Aldeano, passou
a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e dezassete minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal José Meirinho apresentou a Declaração que a seguir se
transcreve:
"O Grupo Municipal do PSD de Coruche vem manifestar-se, nesta Assembleia, contra o
teor, infundado, do artigo publicado em "O Jornal de Coruche", na sua edição n.º 44, do corrente
mês de Dezembro, com o título: "PARTIDOS REJEITAM PROPOSTA DO MIC PARA UMA MAIOR
PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS"
Não é verdade aquilo que está escrito. Trata-se, no essencial, de uma informação errada,
desfasada da realidade
Vamos aos factos e à necessária reposição da verdade dos mesmos
Participaram na reunião do Grupo de Trabalho designado por esta Assembleia Municipal
para reformular o seu Regimento, que se efectuou no dia 28 de Novembro de 2009, representan-
tes do PS, da CDU, do MIC e do PSD.
Foi feita a análise do conteúdo do Regimento que vigorou no mandato de 2005 a 2009,
artigo a artigo. Cada um dos elementos que integram o Grupo de Trabalho teve oportunidade
para apresentar as suas propostas, as quais foram apreciadas, discutidas e sobre elas se obteve um
consenso quasi unânime. Digo quasi porque houve uma excepção
Essa excepção existiu relativamente a uma proposta apresentada pelo MIC, relacionada
com o momento de intervenção do público que, regimentalmente, tem ocorrido no fim da



Assembleia
Propôs o MIC que ele passe para o início da reunião. Esse aspecto específico, foi aprecia-
do e discutido de forma extensiva. Como não se chegou a um consenso, foi decidido que o mes-
mo baixe ao Plenário da Assembleia como, aliás, tem de suceder com todo o Regimento. No
entanto, todos os Representantes da Assembleia que integram o Grupo de Trabalho opinaram
que eram indiferentes a que o período de intervenção do público ocorra no início ou no fim da
reunião. Ninguém rejeitou nada, ao contrário do que se propala. Esta é a verdade dos factos e
tudo o que se diga de diferente é falso
Como não havia qualquer órgão da Comunicação Social a assistir à reunião de trabalho, é
óbvio que alguém reportou inverdades a "O Jornal de Coruche" e não será difícil perceber com
que intuito o fez
Tal como todos os outros elementos que integram esta Assembleia, pretendemos traba-
lhar por Coruche e pelos seus cidadãos, e nada mais nos move do que isso
Damos este assunto como encerrado, com o nosso pedido à Mesa da Assembleia para que
faça chegar esta Declaração aos diversos Órgãos da Comunicação Social, por forma a que seja
reposta publicamente a verdade dos factos, uma vez que a notícia se reporta a tarefas realizadas
no âmbito dos trabalhos da Assembleia Municipal que integramos."
O Deputado Municipal Joaquim Serrão apresentou, em nome do Partido Socialista, a
Moção "Situação da Saúde no Concelho de Coruche" que a seguir se transcreve:
"Após várias diligências por parte do Executivo Municipal de Coruche junto da ARS de
Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo no decorrer do mandato de 2005 a 2009, o Ministério da Saúde
optou pela instalação do Serviço de Urgência Básica em Coruche, nas instalações do até então
designado por Centro de Saúde ou Serviço de Atendimento Permanente. Para isso foi necessário
proceder à realização de obras no edifício a fim de adaptar o mesmo às novas funções exigidas
Entende esta Assembleia ser a sede do Concelho a localização ideal para o S.U.B. visto
que é na Vila de Coruche e sua periferia que reside a maior parte da população do Concelho.
Seria de todo injustificável, por isso nunca concordámos, que esta unidade se localizasse num
dos extremos geográficos do Concelho, afastada do principal núcleo populacional, tal como
outros procuraram em tempos defender. Reconhece esta Assembleia todo o mérito ao Senhor
Director da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, bem como ao último Executivo Municipal pelo facto
de tornarem possível esta obra
Mas é também necessário dotar este S.U.B. de recursos materiais e humanos suficientes
para servir as populações dele dependentes em termos de saúde. Neste domínio têm sido consta-
tadas algumas carências tendo por consequência sido prestado um serviço que pode seguramente
ser melhorado, tanto no S.U.B. como nas "Extensões" localizadas nas sedes de Freguesia de



Lamarosa e Biscainho. Refira-se que, numa e noutra Freguesia, desde Novembro último que o
médico não se desloca à Extensão Local de Saúde, enquanto nos últimos anos havia um médico
2 a 3 vezes por semana
Também devemos salientar o facto de em boa hora a Câmara Municipal de Coruche e o
S.U.B. terem constituído uma unidade móvel de saúde que percorre todo o Concelho
Louvamos esta atitude cujos efeitos têm sido bastante positivos para as populações das
diferentes Freguesias, no entanto o serviço a prestar pode ser melhorado tecnicamente e por isso
deixamos o alerta aos Serviços de Saúde competentes para este efeito
Assim, esta Assembleia chama a atenção da A.R.S. para as questões agora apresentadas,
solicitando correcção das mesmas a fim de se proporcionar às populações um melhor Serviço de
Saúde
Deverá ser dado conhecimento:
À Unidade de Saúde Familiar do Vale do Sorraia;
À CES da Lezíria - Centro de Almeirim;
À Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
Ao Governo Civil de Santarém;
Ao Ministério da Saúde;
À Comunicação Social Local
A Deputada Municipal Patrícia Tadeia apresentou, em nome do Grupo Municipal do Par-
tido Socialista, a Moção "Regionalização" que a seguir se transcreve:
"As Regiões Administrativas encontram-se consagradas na Constituição da República
Portuguesa há 33 anos. Das autarquias locais consagradas na nossa lei fundamental foi a única
que ainda não foi instituída. Estamos perante uma clara inconstitucionalidade por omissão que se
perpétua no tempo
A instituição das Regiões Administrativas representará uma importante medida de des-
centralização administrativa e um importante instrumento no combate às assimetrias regionais.
Enquanto uma minoria do nosso território atinge níveis de desenvolvimento que se equipara ao
melhor da União Europeia, uma maioria, nomeadamente o interior, vai-se afastando desses índi-
ces. É fundamental e urgente pôr fim a este acentuar de desigualdades
É tempo, onze anos após o acto referendário sobre as Regiões, de retomar o processo de
instituição em concreto das Regiões Administrativas
A Assembleia Municipal de Coruche, reunida a 18 de Dezembro, manifesta o seu total
apoio à posição assumida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses no seu congresso
de 4 e 5 de Dezembro, realizado em Viseu, em que reclama a urgência da instituição, em concre-
to, das Regiões Administrativas



A presente posição deverá ser enviada:
À Associação Nacional de Municípios Portugueses;
À Associação Nacional de Freguesias;
Ao Governo Civil de Santarém;
Aos partidos com representação na Assembleia da República;
Ao Senhor Primeiro-Ministro;
Ao Senhor Presidente da República;
À Comunicação Social Local e Regional
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Queria fazer um apelo ao Senhor
Presidente da Assembleia relativamente à falta de condições neste espaço onde nos encontramos
para podermos consultar os documentos sujeitos a discussão
Creio que as instalações dos Paços do Concelho tinham outras condições de trabalho
A Deputada Municipal Mara Coelho apresentou, em nome do Grupo Municipal do Parti-
do Socialista, a Declaração que a seguir se transcreve:
"Considerando o actual diploma que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e
de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, a Lei N.º 12-A/2008 de 27 de
Fevereiro, sempre que se verifique a progressão na categoria, agora designada alteração do posi-
cionamento remuneratório, aplica-se os critérios estabelecidos no referido diploma, onde releva a
classificação obtida pelo trabalhador desde o ano de 2004 a 2007, como reza o Artigo 113.º deste
diploma
Sendo que na falta de avaliação de desempenho, deve ser atribuído um ponto por cada
ano não avaliado
Todavia, se o trabalhador não se conformar com o ponto atribuído pode requerer a ponde-
ração do seu currículo profissional e o resultado deve ser homologado pelo dirigente máximo de
serviço
Ressalve-se que a avaliação referida deve reportar-se às funções exercidas no escalão e
índices actuais. Ou seja, quando os trabalhadores obtiverem ou acumularem na nova categoria 10
pontos na sua avaliação de desempenho, haverá obrigatoriamente, alteração do seu posiciona-
mento remuneratório, caso contrário, tal não será possível a não ser aplicando o regime excep-
cional contido nos Artigos 46.º e 48.º da referida lei, isto é o regime excepcional da chamada
opção gestionária
Considerando o supra exposto, não devemos tomar a excepção como a regra
Nem tomar uma possibilidade legal que o legislador deixou em aberto, a uma
obrigação legal
Em conformidade não pode o grupo municipal do PS deixar de se pronunciar sobre a gre-



ve incentivada pelo STAL, acusando o executivo PS de ter "esquecido os compromissos assumi-
dos antes das eleições", tal não corresponde à verdade, uma vez que com boa-fé e espírito de diá-
logo o executivo do PS sempre norteou com todo o respeito e dignidade as negociações, nomea-
damente assumindo em Outubro que não possuía condições para avaliar o impacto da aplicação
da "opção gestionária" na CMC
Nesse sentido, o Presidente e o seu executivo comprometeram-se a analisar a situação e a
estudar possibilidades, ressalvando inclusive que seria incoerente tomar uma decisão que condi-
cionaria o futuro executivo na gestão do seu trabalho autárquico, uma vez que o acto eleitoral se
aproximava. Reforçamos que o executivo do PS cumpriu com aquilo que disse, tendo realizado
neste novo mandato uma nova reunião com o STAL, dando conhecimento do estudo realizado
pelos técnicos da autarquia, e assumindo que não existe capacidade para implementar a opção
gestionária
Por outro lado, deve atender-se ainda que os trabalhadores da CMC que reúnem as condi-
ções necessárias para alteração do posicionamento remuneratório obrigatório, serão naturalmente
contemplados
Considera o grupo municipal do PS, que no actual enquadramento internacional e nacio-
nal em que o FMI apela à redução da despesa pública por um lado, e o Presidente da AICEP
referindo-se ao sector privado afirma que "o desemprego é o aspecto mais nocivo da crise"
comentando a estimativa de desemprego de 10,1% avançada pela OCDE
Não podemos ficar indiferentes a estes dados. Todos nós sentimos a crise, as autarquias
não são diferentes
Podemos constatar que poucas foram as Câmaras Municipais que tiveram possibilidade
financeira para implementar tal opção gestionária. O município de Coruche, tem de assumir os
seus compromissos financeiros, e ter uma base orçamental realista, contudo, cumprindo sempre a
lei e não desvirtuando o espírito legal da mesma
Não admite deste modo o PS que se insinue que não respeitamos os direitos dos trabalha-
dores, que não nos preocupamos com a situação económica dos trabalhadores
Pelo contrário, sempre estivemos na dianteira para salvaguardar os direitos dos trabalha-
dores e para proporcionar todas as condições possíveis no local de trabalho, assegurando um cen-
tro social, a segurança social, o transporte
Mas o executivo do PS não se preocupa apenas com os funcionários, preocupa-se e tem
de se preocupar com toda a população coruchense, potenciando o emprego, apoiando os muníci-
pes reforçando a acção social, e combatendo o difícil cenário de crise que atravessamos. É esta a
postura que reflecte os autarcas do PS, pensando no hoje sim mas nunca esquecendo o dia de
amanhã



Porque é esse amanhã que condicionará as gerações futuras
Nesta óptica mostramos naturalmente o nosso respeito por quem decidiu exercer o seu
direito à greve e à manifestação, mas esperamos também que o tenham feito de forma esclareci-
da e devidamente informada
Reforçamos por isso, que a opção gestionária não é obrigatória, por um lado, e ressalva a
lei por outro que tal só deve ser feito em regime excepcional (e não como regra) e que deverá ter
em conta a política autárquica seguida pelo município, a capacidade orçamental e financeira do
mesmo
Por fim, é com coerência e transparência que se pode governar o município
Coerência na gestão e na aplicação orçamental, coerência em salvaguardar os direitos e
obrigações legais a que estamos comprometidos com os funcionários, premiando o mérito, traba-
lhando em conjunto com os funcionários para que estes possam alcançar os objectivos e alcança-
rem uma avaliação positiva e que se reflicta na sua categoria. Sabemos que os funcionários
sabem que esta é a nossa postura, e que se esforçam a nosso lado, porque sabem que nos empe-
nhamos e também nos esforçamos para reconhecer quem mais mérito tem."
O Deputado Municipal Ilídio Serrador referiu: Queria fazer um convite a todos os mem-
bros desta Assembleia, ao público presente e ainda aos órgãos de comunicação social, para a
apresentação de uma monografia sobre a Fajarda, que tem por título "Fajarda - Um Século de
Povoamento, 25 Anos de Freguesia", no próximo Domingo, pelas 16 horas, no Auditório da
Junta de Freguesia da Fajarda. Ficamos muito gratos com a vossa presença
O Deputado Municipal Rui Aldeano proferiu a seguinte intervenção:
"Hoje, já aqui ouvimos falar de "Opção Gestionária", mas mais uma vez e infelizmente
vejo-me forçado a intervir nesta Assembleia de modo a alertar os Senhores Vogais para um
assunto que me diz especialmente respeito devido à minha condição de dirigente sindical
"Parece-me que de facto é intransigente que este órgão e os seus eleitos se manifestem
em relação ao problema, a que me refiro, e que tomem uma posição de coerência ao contrário do
que tem sucedido até agora com todo o desenrolar do processo da não implementação da "Opção
Gestionária" por parte da Câmara Municipal
Como é do conhecimento público, na última sessão do anterior mandato, o Grupo Muni-
cipal da CDU apresentou uma Moção que recomendava ao executivo da altura que entrasse em
negociação com a estrutura sindical
Foi então em véspera de eleições que o executivo do anterior mandato solicitou uma reu-
nião com carácter de urgência ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
(STAL) e à sua comissão sindical
A este pedido, o STAL acedeu prontamente e a reunião veio a realizar-se no dia 8 de



Outubro (sendo as eleições autárquicas a 11 de Outubro). Nessa reunião o executivo da altura
comprometeu-se que independentemente de qual fosse a cor do novo executivo a ser eleito,
seriam tomadas medidas para que a "Opção Gestionária" fosse implementada e para que os tra-
balhadores não fossem prejudicados (como seria correcto). Seria também pago em diversas par-
tes os valores correspondentes aos retroactivos desde Janeiro de 2009
Para além de um documento acta assinado por ambas as partes presentes na negociação,
foi ainda colocado no site da Câmara Municipal um documento em forma de informação aos tra-
balhadores, assinado pelo Senhor Presidente onde se comprometia a isto mesmo, chegando a
adiantar que muito provavelmente este assunto seria levado à sessão de Câmara na "primeira
reunião formal do novo executivo"
Passado que foi o período eleitoral e contrariando todas as expectativas, em reunião reali-
zada a 27 de Novembro com o STAL, o novo executivo municipal (o qual tem como Presidente
o mesmo que em Outubro se comprometeu com os trabalhadores da Autarquia), tomou a posição
de se manifestar contra a promessa feita anteriormente e assumiu que não iria implementar a
"Opção Gestionária"
Da minha parte não irei à partida adjectivar esta situação pois está bem à vista de todos
nós aqui presentes
Gostaria, no entanto, de alertar esta Assembleia para o mal-estar que de momento se vive
no seio dos trabalhadores municipais, provocado por esta situação
A relação com os trabalhadores está longe de ser a mesma de outros tempos e certamente
(embora o profissionalismo dos trabalhadores não esteja metido em causa) esta situação terá
reflexos para o exterior e para o dia-a-dia no Concelho de Coruche
Como tal, já se pode verificar hoje pelo meio dia de greve convocada pelo STAL, que
contou com a presença de muitos trabalhadores
Para além desta greve realizou-se ainda uma iniciativa inédita que foi a concentração de
85 trabalhadores, que corajosamente deram a cara, ao frio e à chuva, em frente aos Paços do
Concelho, o que de facto não dignifica em nada a imagem da Autarquia
Uma última informação para que este órgão tenha a noção da gravidade da situação
O STAL pediu ao executivo um levantamento dos trabalhadores que através da "Opção
Gestionária" iriam progredir na carreira em 2009. O executivo nada respondeu até ao prazo indi-
cado. Ontem, dia 17, talvez numa última tentativa para tentar dar a volta por cima, numa situa-
ção por si criada, veio então dar essa informação
Segundo o levantamento podiam então ter progredido na carreira, em 2009, 169
trabalhadores
Por fim, dizer a esta Assembleia que, mesmo que o argumento para o executivo ter volta-



do com a sua palavra atrás seja de ordem financeira, não deve ser considerado válido. Não têm
que ser os trabalhadores da Autarquia, com os seus baixos salários, a pagarem e despesismo e o
investimento realizado pela Câmara."
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais para discussão
dos documentos apresentados
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira referiu: Gostaria de fazer uma pequena inter-
venção em relação à declaração que foi aqui apresentada pelo Deputado Municipal Manuel Mei-
rinho, do PSD
O MIC repudia as palavras que foram aqui proferidas e gostaria que a minha intervenção
fosse registada em acta e que fosse difundida da mesma forma que a declaração do Deputado
Municipal José Meirinho
Não é verdade o que foi aqui referido pelo Senhor José Meirinho - "que o MIC apresen-
tou uma proposta nessa reunião de Regimento e que todos os Deputados representantes das
várias bancadas foram indiferentes a essa proposta." Isso é claramente falso e calunioso e
sinto-me até indignado. Como é que alguém vem para um órgão desta importância afirmar factos
tão caluniosos?
É verdade que o Grupo Municipal do PS, o Deputado Nelson Galvão, Secretário desta
Mesa, não apresentou qualquer posição sobre a proposta, mas os Deputados da CDU e do PSD
foram claramente contra a proposta do MIC de deslocar a intervenção do público do final das
sessões para o Período de Antes da Ordem do Dia
Houve duas justificações que são muito claras sobre esta posição. Uma das justificações
era que a duração das Assembleias iria sofrer alterações, ficava mais longa, (parece-nos uma jus-
tificação que não colhe). Outra, que já havia sessões extraordinárias excepcionais em que o
público pode intervir logo no seu início
Não é verdade que as posições dos vários Deputados fossem indiferentes. É falso, é calu-
nioso. Foram contrárias à posição do MIC, inclusive justificaram-nas
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Gostaria de dizer ao Senhor Deputado Muni-
cipal José Meirinho que é de lamentar as suas palavras. Insinuou uma série de inverdades
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira esteve presente na reunião, fez propostas por
escrito e temos dois mails sem resposta, daí o nosso repúdio pela situação
Os partidos que defendem a intervenção e a participação do povo, quando nós fazemos
uma proposta para o povo poder participar e para dar mais qualidade a esta reunião, que é uma
reunião por excelência para a população, rejeitaram-na
Levantar insinuações sobre notícias em jornais, quando nós fizemos um comunicado que
está no nosso site e o texto está publicado no "O Jornal de Coruche". Se o Senhor José Meirinho



visse os mails ou consultasse o nosso site, via o que está publicado
Achamos que é de extrema importância, defendemos isso em campanha eleitoral, que o
público devia ter uma participação mais efectiva nesta casa e deveria fazê-lo no início das ses-
sões, até para benefício, informação e discussão de todos nós
Os Senhores rejeitaram a nossa proposta, agora não podem dizer que não o fizeram
Será a palavra do Senhor Deputado contra a nossa palavra, mas eu acredito no Deputado
Gonçalo Ferreira
O Presidente da Assembleia referiu: Está aberta a discussão sobre a Moção "Situação da
Saúde no Concelho de Coruche"
O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Julgo que esta Moção é oportuna para
chamar a atenção sobre o investimento que está a ser feito e para que os serviços possam respon-
der aos utentes desta região, para que não andem novamente a caminhar para Santarém ou para
outros locais
Junto da Unidade de Saúde Familiar no que respeita à Unidade Móvel de Saúde é impor-
tante haver uma resposta com o pessoal técnico - médicos e enfermeiros. A situação já é sentida
pelas populações, concretamente nas freguesias onde não há Extensão do Centro de Saúde, como
é o caso da minha, Santana do Mato, em que a Unidade Móvel de Saúde já lá vai duas vezes e os
médicos não aparecem. Penso que da parte da Unidade de Saúde Familiar não está a ser cumpri-
do o que lhe competia
O Deputado Municipal Joaquim Paulino referiu: Relativamente à Extensão do Centro de
Saúde do Biscainho os utentes não podem continuar por muito mais tempo nesta situação. Há
dois ou três meses que não vai lá um médico e não há quem passe as receitas e as credenciais
Neste momento há pessoas que têm a sua carta de condução profissional a caducar. Como
não há médico de família estão sujeitas a perder o emprego
É uma pena que isto esteja a acontecer na freguesia do Biscainho e que não haja uma
atenção do Centro de Saúde e uma boa vontade dos médicos até se resolver o problema
Quanto ao atendimento, penso que não era o melhor. Os idosos queriam deixar os rótulos
dos medicamentos para o médico passar a receita e a funcionária não os recebia. Os idosos
tinham de voltar novamente quando o médico estivesse. Falta-me saber se realmente era orden
do médico ou se era a funcionária que determinava
Estas situações terão de ser resolvidas. Pedia que a Assembleia fizesse chegar a nossa voz
às entidades competentes
O Deputado Municipal António Venda referiu: O Vogal Joaquim Paulino tirou-me quase
todas as palavras. Na Lamarosa a situação é idêntica
Em relação às cartas de condução e às receitas passa-se o mesmo, com a agravante que



quando lá ia um médico, este passava três receitas para o mesmo medicamente. Neste momento
têm de vir ao médico a Coruche e passam só uma receita para cada medicamento
Tal situação em relação à Direcção do Centro de Dia da Lamarosa tem sido muito difícil.
Os idosos necessitam dos medicamentos e a farmácia com muita boa vontade vai desenrascando,
mas está a chegar a uma situação limite
As pessoas da Lamarosa e do Biscainho não são utentes de segunda ou terceira, são con-
tribuintes do concelho de Coruche
Reforçando as palavras do Vogal Joaquim Paulino, agradecia que esta Assembleia fizesse
chegar esta preocupação aos órgãos competentes
O Presidente da Assembleia salientou: Relativamente às intervenções dos Presidentes das
Juntas de Freguesia do Biscainho e da Lamarosa não percebíamos o porquê dessa situação. Per-
cebemos há pouco tempo que estas freguesias ficaram fora da Unidade de Saúde Familiar do
Vale do Sorraia
Ninguém sabe porque é que ficaram de fora e é isso que a Assembleia com a aprovação
desta Moção vai tentar saber. Iremos também, juntamente com a Câmara Municipal, pressionar
para que esta situação se resolva
Vamos passar à votação da Moção
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção "Situação da Saúde no Con-
celho de Coruche"
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais para discussão
da Moção "Regionalização"
O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Penso que a Regionalização é devida já
há alguns anos, mas por querelas partidárias ainda não é uma realidade. Houve alguma responsa-
bilidade de alguns partidos políticos, inclusivamente do nosso, para que não fosse posta em prá-
tica. Fez-se um referendo mal explicado, mal defendido e que ficou a meio caminho
Se calhar este problema da saúde de que acabámos de falar, se houvesse Regionalização,
seria tratado directamente na região e não estaríamos à espera que Lisboa resolvesse
Acho que é mais que altura para descentralizar
Julgo que esta Moção vem ao encontro do que se começa a discutir hoje no país. Come-
çou-se a sentir essa necessidade
Neste momento, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem uma oportunidade para
fazer sentir dentro dos diferentes poderes (Governo, Grupos Parlamentares da Assembleia da
República e outras entidades) a necessidade de levar por diante a Regionalização
O Presidente da Assembleia referiu: Penso que a Regionalização é uma coisa querida pra-
ticamente a todos os portugueses que vivem fora dos grandes meios citadinos e, se calhar, tam-



bém para muitos que vivem nesses meios
Somos dos poucos países da União Europeia que estava desenhado e programado em
função das Regiões e onde ainda não as instituímos
Para o nosso país isto tem sido péssimo. A desertificação, possivelmente com uma
Regionalização feita em tempo, não teria acontecido. O país estaria muito mais equilibrado
No congresso da Associação Nacional de Municípios ouvi um autarca dizer, "que se isto
fosse um barco já tinha virado", ou seja, 60% da população portuguesa vive em vinte concelhos.
Isto é uma coisa louca
Penso que esta discussão tem de vir para a ordem do dia. Hoje praticamente todos os par-
tidos falam na Regionalização e reconhecem que é uma forma mais equilibrada de desenvolver o
país e de resolver os problemas muito mais perto das populações
Não há que ter medo da Regionalização
Foi muito gratificante o Grupo Municipal do PS trazer esta Moção, porque acho que sem
Regionalização continuamos a ser um país adiado
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: No que respeita à Regionalização o
PS tem particulares responsabilidades que remontam ao tempo de Mário Soares como Primeiro
Ministro. Se não temos Regionalização no país deve-se ao bloco central
Da parte do PCP sempre houve essa reivindicação e esse desejo. Continuamos a dizer que
o poder tem de ser responsabilizado pela não instituição da Regionalização
Não se percebe este apelo que se apoderou da bancada do PS
O Presidente da Assembleia salientou: Penso que o Deputado Municipal Armando Rodri-
gues nem sempre esteve de acordo com as decisões que o PCP tomou
Nós nem sempre estamos de acordo com as decisões que as cúpulas dos partidos tomam.
O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: O Partido Socialista é composto por
homens que pensam pela sua cabeça
Gostaria de recordar que a Regionalização é uma intenção e uma proposta constante do
programa do Governo. Ainda há dias, naquela que era a capital do PCP no Alentejo (Beja), não
sei porque é que a perderam, foi lá que o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, deu o tiro de
partida para a Regionalização
Respeitámos o referendo em 1998
A instituição em concreto vai depender de um referendo. Não é com uma aprovação
maioritária do Parlamento ou das Assembleias Municipais que a Regionalização vai ser uma
realidade
Temos de fazer este percurso para saber quais são os órgãos, as competências, as atribui-
ções, se são cinco Regiões em função do que são as coordenações regionais



É uma situação política que de facto tem ser pensada
O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção "Regionalização"
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete do PS,
oito da CDU e um do PSD) e dois votos contra do MIC, aprovar a Moção "Regionalização"
O Presidente da Assembleia referiu: Em relação à transferência das sessões da Assem-
bleia para o Museu Municipal, é uma das questões pela qual lutámos durante a campanha eleito-
ral que terminou
Todos dizíamos que a Assembleia não tinha condições. De facto, acho que não tinha con-
dições. Não conseguíamos circular entre as mesas, passei quatro anos com os Vereadores às cos-
tas e quando queria falar em termos estratégicos com o Joaquim Banha tinha de lhe escrever um
papel e não podíamos conversar
Outra questão era a gravação das sessões. O equipamento de som existente era muito mau
e o do Museu oferece outra qualidade
Reconheço a situação da limitação do espaço para consultar a documentação, mas temos
outras vantagens. Estamos mais bem sentados, há lugares para o público e também para a
imprensa. É um contra que não se sobrepõe às outras condições que temos
Estas foram as razões que nos levaram a trazer a Assembleia para o Auditório José Laba-
redas. Acho que temos todos muito melhores condições do que tínhamos no Salão dos Paços do
Concelho
Relativamente às duas Declarações sobre a opção gestionária, passo a palavra aos Depu-
tados Municipais
O Primeiro Secretário referiu: Em relação à opção gestionária a Deputada Mara Coelho,
de forma bastante exaustiva e completa, já explicou o quadro legislativo desta nova reforma de
carreiras e esta nova regra da opção gestionária
Vou alegrar um bocadinho o Vogal Armando Rodrigues. Eu também sou crítico em rela-
ção a esta nova reforma de carreiras que foi introduzida pela Lei N.º 12-A. Não é a primeira vez
que o digo. Venho a dizê-lo já há algum tempo e também em relação às medidas que foram
tomadas desde 2005 - congelamento de promoções, progressões, etc
Em relação à opção gestionária, não podia deixar passar algumas declarações que foram
aqui proferidas, nomeadamente pelo Vogal Rui Aldeano, relativamente a uma reunião que ocor-
reu nos Paços do Concelho, em véspera de eleições, no mês de Outubro, com o STAL, onde foi
abordada a possibilidade de se implementar a opção gestionária. Foram ditas algumas coisas que
não correspondem à verdade. Eu estive nessa reunião e o Senhor Vogal Rui Aldeano não esteve.
Se calhar, por isso, não tem a informação privilegiada de quem esteve nessa reunião
A opção gestionária é voluntária, poderá ser tomada ou não pelo executivo



Não acredito que qualquer executivo municipal que tenha capacidade financeira para
implementar uma opção gestionária não a implemente e não procure melhorar as condições
remuneratórias dos seus trabalhadores
A opção gestionária pode verificar-se em três situações: atribuição de duas classificações
de "Excelente", de três de "Muito Bom" ou de cinco de "Bom"
A proposta que o STAL levou à reunião era para aplicar a opção gestionária até à terceira
hipótese prevista no Artigo 46.º da LVCR. Isto é, aplicar a opção gestionária até aos trabalhado-
res que tivessem obtido classificações de "Bom", o que na prática iria repercutir-se na generali-
dade dos trabalhadores do Município
O que foi dito nessa reunião pelo Senhor Presidente da Câmara foi que se iria fazer o
levantamento de todas as situações dos trabalhadores que estavam em condições de mudar de
posição remuneratória
Este era um trabalho que já estava a ser desencadeado desde Agosto e foi esse o com-
promisso que ficou assumido. Ver que impacto financeiro teria na Autarquia, para na primeira ou
segunda reunião logo após as eleições ser tomada uma decisão pelo novo executivo
Só a título de números aproximados, a implementação da opção gestionária de acordo
com a proposta apresentada pelo STAL representaria algo como 150 a 160 mil euros de acrésci-
mos remuneratórios só no ano de 2009. Isto tomando por base de cálculo apenas as remunera-
ções base, não se tendo em conta trabalho extraordinário, ajudas de custo e acréscimos que iriam
acontecer nos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE, etc
Foi com base nos dados do levantamento que a autarquia constatou que não tinha capaci-
dade financeira para aplicar a opção gestionária
Não foi em momento algum afirmado que se iria aplicar a opção gestionária
Gostava que essa questão ficasse aqui bem clara e não se dissessem coisas que efectiva-
mente não se passaram na reunião. Que isso fosse bastante claro para esta Assembleia
Acho curioso que a CDU, ao nível de gestão, tenha nestas duas últimas reuniões apresen-
tando duas propostas que me deixam alguma curiosidade sobre a sua implementação
Numa reunião anterior em que foi aqui traçado o quadro de redução da arrecadação de
receitas correntes, foi apresentada uma proposta para a redução da taxa de IMI. Posteriormente
propõe-se a implementação da opção gestionária o que iria onerar ainda mais a despesa corrente
do município
Penso que todos nós que estamos nesta sala gostaríamos de ver as condições de trabalho
dos funcionários municipais melhoradas, nomeadamente ao nível remuneratório
Para concluir gostaria de recordar algumas medidas que foram tomadas nos mandatos
anteriores do Partido Socialista para promover melhores condições para os trabalhadores





seguinte:
"O executivo informou o STAL que se encontra a efectuar o levantamento dos trabalha-
dores que estão em condições de poder alterar a sua posição remuneratória
Após conclusão destes processos deverá ser determinado pelo executivo o universo dos
trabalhadores que são abrangidos por essa actualização, procedendo-se à respectiva alteração
orçamental
Tendo em conta que o processo está na sua fase final, prevê-se que esta decisão ocorra no
mês de Outubro, na primeira reunião formal do novo executivo
Informa-se, ainda, que as alterações de posição remuneratória que venham a ocorrer terão
efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2009, pelo que o facto do processo se encontrar ainda em
curso não prejudicará a situação dos trabalhadores."
O que acabei de citar está no comunicado. Não é nada ambíguo, é uma afirmação e há
aqui um compromisso. Curiosamente, isto é antes das eleições. Depois das eleições o Partido
Socialista reforça a sua maioria absoluta, (reforçar a maioria absoluta e ganhar as eleições, não
significa ganhar a sua dignidade, pode-se ganhar as eleições e perder-se a dignidade, quando não
se honra um compromisso) e, ontem, fiquei surpreendido quando vi na página da Câmara na
Internet um comunicado assinado pelo Senhor Presidente da Câmara que diz que é a posição da
Câmara Municipal de Coruche sobre a opção gestionária. Quero corrigir que a Câmara Munici-
pal é um órgão colegial e, portanto, não é a posição da Câmara Municipal. É a posição da maio-
ria do Partido Socialista na Câmara, porque os Vereadores da CDU não foram chamados a pro-
nunciarem-se sobre esta matéria em reunião de Câmara.
Neste comunicado publicado no dia 17 de Dezembro diz-se o seguinte: "a opção gestio-
nária é uma possibilidade consagrada na Lei N.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e que tal como o
nome indica não é uma obrigação legal mas uma opção que pode ou não ser seguida pelas autar-
quias". Estou de acordo com isto, o Senhor Presidente da Câmara, a maioria do Partido Socialis-
ta, têm toda a legitimidade para tomarem as opções que entenderem na gestão do Município. Se
entendem promover passagens de modelos, apoiar touradas, fazer festas, podem fazê-lo. Têm
essa legitimidade, ganharam as eleições. Se não pretendem antes optar pela valorização das car-
reiras e pela dignificação dos trabalhadores municipais, estão no direito de o fazer, mas têm de o
assumir
Os Senhores até podem dizer: nós fazemos isto e ganhámos as eleições com maioria
absoluta e até reforçámos. Mas mais tarde ou mais cedo a população há-de julgar esses procedi-
mentos
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: O Partido Socialista em Coruche tem um
jogo de cintura enorme, tão depressa dá com uma mão como tira com a outra



Todo este role de desculpas que o Partido Socialista tenta arranjar são lágrimas de croco-
dilo, é de quem não sente a sensibilidade dos trabalhadores, é de quem não viu aqueles 85 traba-
lhadores, à chuva, a manifestarem-se por um direito que é deles
É verdade que é uma opção, mas também gerir uma autarquia e gerir as nossas próprias
casas é uma opção
Tenho muitas dúvidas que os trabalhadores municipais vão gostar de ouvir que não exis-
tem verbas para esta questão mas que existe para tudo o resto, como a adesão à Associação Alter
Real em que as quotas são 50 mil euros
Recordo que na última Assembleia fui aqui ofendido. Disseram que eu não estaria a dizer
a verdade. No entanto, o STAL também enviou um ofício às diversas forças políticas e ao execu-
tivo municipal em que um dos pontos diz o seguinte, relativamente a afirmações do Senhor Pre-
sidente da Câmara: "os trabalhadores desta Câmara têm uma situação confortável face aos do
exterior, beneficiários de vantagens incomparáveis e consubstanciadas nos benefícios dos Servi-
ços Sociais, transportes assegurados para o local de trabalho e aqueles que têm 50 anos de idade
já possuem óptimas remunerações." Se isto é mentira o Senhor Presidente da Câmara devia ter
respondido logo na altura e não respondeu, pelo menos não temos nota disso. Só ouvimos aqui
estas desculpas todas e que não existe verba
Ouvi alguns Vogais do PS, no último mandato, dizerem que é difícil arranjar trabalhado-
res para a autarquia porque ninguém quer vir ganhar 500 euros. Acontece que um bom profissio-
nal não tem de ser penalizado para trabalhar na Autarquia. Está-se a aproximar muito do que se
passa nalgumas empresas em que os trabalhadores são penalizados e as empresas tiram lucros. A
autarquia também está a meter dinheiro ao bolso todos os anos ao não progredir na carreira os
trabalhadores. Aliás, isto serve para mais, serve para exercer chantagem e manipulação sobre os
trabalhadores
Não parece muito correcto que se conteste a veracidade dos representantes sindicais e dos
trabalhadores que estiveram a manifestar-se
Tenho muitas dúvidas e gostava que o Partido Socialista pusesse a mão na consciência e
que pensasse realmente no que é melhor para os trabalhadores. Como diz na informação aos tra-
balhadores "O executivo municipal está empenhado, como sempre esteve, em encontrar as
melhores soluções para as legitimas expectativas de desenvolvimento das carreiras dos
trabalhadores municipais.". Vejam se bloquear carreiras e bloquear salários é o melhor para os
trabalhadores
O Presidente da Assembleia afirmou: Esta questão que foi aqui trazida pela CDU e pelo
PS em relação aos trabalhadores, em minha opinião, é uma questão de gestão municipal e que
diz directamente respeito à própria Câmara





ACTA Nº 3 SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009

verdade quando disse que, nessa reunião, o Presidente da Câmara tinha dito que os trabalhadores eram privilegiados. É mentira. O Presidente da Câmara não disse que os trabalhadores eram privilegiados. Disse em conversa e em diálogo franco e aberto com a Dr.ª Helena Afonso, que representava o STAL, que apesar de tudo os trabalhadores da Câmara, na sua grande maioria, tinham uma posição confortável em termos remuneratórios e em termos de direitos face ao universo dos trabalhadores deste concelho e que alguns deles tinham já muitos anos de serviço e graças a isso tinham subido na carreira e tinham médias salariais bastantes interessantes. Tinham condições sociais e outros apoios da parte da Câmara bastante consideráveis que faziam, de facto, a diferença relativamente a outros trabalhadores do concelho. Isto é que foi dito, não foram chamados de privilegiados. O que eu rebati aqui foi a sua expressão, que o Presidente da Câmara tinha tratado os trabalhadores da Câmara como privilegiados. É mentira, tratei-os com dignidade, como sempre tratei. ------------ Recordo ao Vogal Armando Rodrigues que dignificar as pessoas e dar dignidade às pessoas não é só aumentar-lhe o salário. É também, como disse o Primeiro Secretário, criar condições para serem transportados não em cima de um camião do Couço para Coruche e vice-versa, mas transportá-los num autocarro. Isto é que é criar condições de dignidade para os trabalhadores. ----------- Quanto a esta posição dos trabalhadores não vale a pena estar a reiterar. Percebemos que é uma posição reivindicativa. Temos todo o respeito por ela e nada se fez em contrário. -----------Se houve falsidade nessa reunião de 8 de Outubro, vale o que vale da parte do STAL dizer que já nessa altura 160 Câmaras tinham assinado a opção gestionária, quando nem hoje isso acontece. Basta irmos ao site do STAL e verificar o número de autarquias que aderiram à opção gestionária. ----------- As Câmaras fazem a opção que entenderem em função das suas possibilidades e em função do enquadramento financeiro, social e político do seu trabalho. Foi isso que nós fizemos. ---------- Não quero fazer mais considerações, mas os moralistas que aqui vêm apregoar dignidade, ética, consciência, coerência, que metam a mão na consciência. Tratem as coisas com seriedade, com dignidade e que deixem de agitar bandeiras em certas circunstância. Dignifiquem o trabalho e os trabalhadores também pelo bom exemplo, pela produtividade e por assumirem aquilo que são as responsabilidades de uma autarquia. -----------É muito desagradável que num dia que os trabalhadores se manifestam ninguém esteja do seu lado. Nós ouvimos hoje nas ruas de Coruche os desabafos e comentários das outras pessoas que assistiram à passagem de algumas dezenas de trabalhadores que se manifestavam. Vimos que não tinham aceitação das outras pessoas que também são trabalhadores, que são comerciantes, etc.-----



As pessoas têm o direito a manifestarem-se. Têm todo o direito a fazer greve, mas aten-
ção que uma autarquia não se governa só com a crítica, com as atitudes radicais nem com um
desligar daquilo que é a necessidade de produzir, a necessidade de gerir riqueza e de aplicar bem
o dinheiro público dos investimentos.
Foi aqui dito que a Câmara faz o que quer ao dinheiro. As coisas não são assim. Até nes-
sa matéria a ignorância é enorme ou há má vontade. Todos sabemos que em termos de contabili-
dade autárquica não é possível andar a afectar dinheiro de investimento a despesas correntes
Num momento que o país perde receita, em que claramente há menos impostos cobrados,
em que as receitas correntes da Câmara vão diminuir, há aqui bancadas a propor baixar o IMI.
Dessa maneira propõem reduzir uma receita própria da Câmara ao mesmo tempo que vêm pedir
para se aumentar excepcionalmente os trabalhadores
O aumento dos trabalhadores vai-se concretizar concerteza. Será decretado pelo governo
e nós vamos assumir essa responsabilidade. A Câmara tem hoje uma despesa com os trabalhado-
res enorme dentro daquilo que é a sua despesa corrente. Ao contrário dos profetas da desgraça,
que em 2001 andaram a agitar bandeiras a dizer que o PS ia para a Câmara e ia despedir pessoas,
o PS não despediu ninguém, não discriminou ninguém, não marginalizou ninguém, não pôs nin-
guém de lado por ser daqui ou dali. Eu tanto aperto a mão àqueles que se manifestam como
àqueles que não se manifestam. Tenho o mesmo respeito e consideração por todos, se calhar por
isso é que fui eleito no passado dia 11 de Outubro. Estou aqui porque fui eleito pela população
do Concelho - pelos trabalhadores da Câmara e pelos que não são trabalhadores da Câmara
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Assembleia referiu: Queria propor à Assembleia a troca de dois pontos
da Ordem do Dia:
"Ponto Um - Eleição do Representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comu-
nidade do Agrupamento de Centros de Saúde" passar para "Ponto Dez"
"Ponto Dez - Entrada em Espécie na LT - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M - Rela-
tório do Revisor Oficial de Contas Elaborado nos Termos do Disposto no Artigo 28.º do Código
das Sociedades Comerciais", passar para "Ponto Um"
Tal justifica-se porque, segundo informação dos Serviços, é necessário ainda hoje dar
seguimento à aprovação do ponto "Entrada em Espécie na LT - Sociedade de Reabilitação Urba-
na, E.M - Relatório do Revisor Oficial de Contas Elaborado nos Termos do Disposto no Artigo
28.º do Código das Sociedades Comerciais"
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a troca dos dois Pontos da Ordem
do Dia
PONTO UM - ENTRADA EM ESPÉCIE NA "LT - SOCIEDADE DE REABILI-



TAÇÃO URBANA, E.M." - RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS ELA-
BORADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 28.º DO CÓDIGO DAS SOCIE-
DADES COMERCIAIS:- Foi presente o ofício n.º 12236, de 10 de Dezembro de 2009, da
Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada
por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 9 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte
integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: O ano passado já fizemos a aprovação deste mesmo pon-
to e agora trata-se da actualização do Relatório do Revisor Oficial de Contas relativamente à
entrada em espécie na Sociedade de Reabilitação Urbana
A escritura vai ser feita na próxima Segunda-Feira e a aprovação deste documento pela
Câmara e pela Assembleia é fundamental para a assinatura da mesma, daí a urgência de hoje se
aprovar em minuta este mesmo Relatório onde se diz que não houve actividade e que está de
acordo com a consideração que fez da entrada em espécie do Município de Coruche na Socieda-
de de Reabilitação Urbana
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara
Não havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em usar da palavra, o Presi-
dente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório do Revisor Oficial de
Contas elaborado nos termos do Artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais relativamente
à entrada em espécie para a realização de parte da participação social no capital social da L.T.,
Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., referente ao prédio descrito na Conservatória do Regis-
to Predial de Coruche sob o número 6076, da Freguesia de Coruche, e inscrito na matriz sob o
artigo 16268
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DOIS - FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS
AO ABRIGO DO ARTIGO 20.º DA LEI N.º 2/2007:- Foi presente o ofício n.º 12232, de 10
de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em
epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 9 de Dezembro de
2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A taxa variável de IRS situa-se entre 0% e 5%
Tendo em conta que o Governo decidiu atribuir essa faculdade às autarquias, o que pro-



pomos é que se mantenha o valor de 5%. A autarquia poderá arrecadar alguma receita para fazer
face às despesas correntes
No caso do concelho de Coruche esta receita não tem uma expressão muito grande, de
qualquer forma é interessante. Não se percebe muito bem porque é que o concelho de Coruche,
face a outros concelhos com a mesma dimensão, o mesmo número de habitantes e uma activida-
de económica semelhante, arrecada menos IRS
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Era só para fazer um exercício e levantar
aqui uma questão
É sabido que esta taxa varia entre 0% e 5%.
É de estranhar algumas posições que aqui ocorreram. Relativamente ao IMI a bancada da
CDU pedia a sua diminuição para não sobrecarregar os coruchenses. Se a Câmara aplicar 1%,
2% ou 3%, isso reverte inteiramente para a pessoa singular que paga IRS e, portanto, não sendo
uma grande fonte de receita, cerca de um terço inferior àquela que a Câmara arrecada com o IMI,
seria natural que quem defende a baixa de taxa de IMI também defendesse que esta taxa fosse
mais baixa, mas parece que isso não acontece
Gostaria também de dizer que seria interessante que a Câmara, num futuro próximo ou
quando tiver uma situação financeira que o permita, possa estudar uma maneira de baixar em
alguns pontos percentuais esta taxa. De facto, é uma forma mais equitativa e justa de compensar
o contribuinte do que através do IMI
Em todo o caso o MIC entende votar favoravelmente esta proposta
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a fixação da taxa de participação
variável no IRS para o ano de 2010 em 5%
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TRÊS - FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA AO ABRIGO DO ARTIGO
14.º DA LEI N.º 2/2007:- Foi presente o ofício n.º 12233, de 10 de Dezembro de 2009, da
Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada
por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 9 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte
integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Relativamente a este imposto, tendo em conta a situação
que se vive em termos de actividade económica, a sua expressão não é muito elevada no conce-



lho de Coruche. De qualquer forma, tem sempre alguma importância para equilibrar as despesa
correntes
Sendo uma das receitas próprias da Câmara, penso que não devemos abdicar dela
Sugiro que a Assembleia mantenha o valor proposto de 1,5% e que o faça aplicar no con
celho de Coruche
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara.
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira referiu: Vamos votar favoravelmente esta tax
que vai ser fixada no valor máximo de 1,5%
Pensamos que, no futuro, seria interessante equacionar, até tendo em conta o estado de
país e a crise que assola as pequenas e médias empresas, uma taxa intermédia, visto que a Le
das Finanças Locais o permite
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a fixação da taxa de derrama para o
ano de 2010 em 1,5%
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUATRO - TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2010:- Foi presente o
ofício n.º 12231, de 10 de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando pro
posta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária
de 9 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Pre
sidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Propomos que a Assembleia considere a manutenção da
actuais taxas municipais no princípio do ano de 2010
Pensamos que em Fevereiro estamos em condições de propor uma alteração fundamenta
da na lei que entrou em vigor e que obriga a que as taxas estejam muito próximas daquela que
a despesa associada ao trabalho e ao serviço que essas mesmas taxas subentendem. Ou seja
temos taxas que vêm sendo actualizadas anualmente, mas que foram criadas num quadro econó
mico e social completamente diferente. Algumas delas não correspondem àquilo que é a despess
e o trabalho associado às mesmas
Temos o estudo feito, mas não foi possível pô-lo em discussão pública e cumprir o prazo
para o trazer a esta Assembleia
Solicito à Assembleia que vote a manutenção das taxas de 2009 para vigorar em 2010 ato
à aprovação do novo modelo de taxas
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara



Não havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em usar da palavra, o Presi-
dente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro
A Assembleia deliberou, por unanimidade, manter em vigor, para o ano de 2010, a
Tabela de Taxas aprovada para o ano de 2009 até que seja aprovado o Regulamento das Taxas
Municipais.
A presente deliberação foi aprovada em minuta
Seguidamente procedeu-se a um intervalo, sendo vinte e duas horas e cinquenta e cinco
minutos
Reiniciou-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos
PONTO CINCO - APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O
ANO DE 2010: - Foi presente o ofício n.º 12230, de 10 de Dezembro de 2009, da Câmara Muni-
cipal de Coruche, anexando o Orçamento para o ano de 2010, que foi aprovado por maioria
em sua Reunião Ordinária de 9 de Dezembro de 2009, o qual fica a fazer parte integrante da pre-
sente Acta
PONTO SEIS - APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO
PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO
MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2010:- Foi presente o ofício n.º 12229, de 10 de Dezembro de
2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR),
que foram aprovadas por maioria em sua Reunião Ordinária de 9 de Dezembro de 2009, as quais
ficam a fazer parte integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia salientou: Dado que estes dois documentos se encontram
directamente relacionados, sugeria que fossem discutidos em conjunto e depois votados
um a um
Solicito uma introdução ao Ponto Cinco e Seis por parte do Senhor Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara proferiu a seguinte intervenção:
Relativamente ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais
Relevantes, aquilo que são os documentos previsionais para a gestão de 2010, queria dizer algu-
mas coisas que me parecem mais relevantes
O Orçamento para o ano de 2010 vai ser um Orçamento de contenção
Somos um Município extremamente dependente do Orçamento do Estado, do chamado
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro. É por aí que recebemos parte da nossa receita corrente
Ainda não sabemos o que vai ser atribuído às Câmaras por parte do Orçamento de Esta-
do. Imaginamos que a verba a receber será idêntica à deste ano ou um pouco superior. Foi nessa
perspectiva que fizemos este Orçamento e este Plano de Actividades
Em termos de receitas correntes, sabemos que vamos ter um encaixe substancialmente



inferior e isso é evidente quando reparamos no IMI, no IRS e na Derrama
Como da parte de receita não podemos fazer milagres (não podemos inventar receitas,
não podemos garantir mais do que aquilo que nos é transferido e mais do que aquilo que nos é
pago pelos contribuintes) é natural que tenhamos de ajustar do lado da despesa e, portanto, o
nosso esforço vai no sentido de reduzir as despesas correntes. Há algumas que são controláveis
pelo Município e há outras que objectivamente não são. Temos o exemplo da despesa com o pes-
soal e ainda com a Segurança Social e ADSE que tem vindo a aumentar todos os anos, não por
decisão da Câmara, mas por imposição governamental. Há um conjunto de outras despesas cor-
rentes, nomeadamente os combustíveis, electricidade e consumíveis em que temos de fazer um
grande esforço para as reduzir, introduzindo medidas de controle ou então vamos ter grandes
dificuldades para lhes fazer face
Como sabemos, não é possível transferirmos receitas de capital para as aplicar em despe-
sas correntes. Portanto, só com contenção, com moderação, com redução de gastos é que pode-
mos de facto encarar com equilíbrio a execução orçamental para o ano de 2010
Em relação às despesas de investimento, vamos apostar claramente em investimentos que
são financiados pelo Quadro Comunitário de Apoio. Estamos a executar várias obras e quere-
mos, até 2013, aproveitar ao máximo esses Fundos Comunitários. Ainda que a comparticipação
não seja tão elevada como foi em quadros anteriores, é bastante mais interessante fazer investi-
mento com uma comparticipação de 55% ou 60%, do que o fazer por inteiro com dinheiro muni-
cipal
Temos áreas do QREN que foram contratualizadas e onde a comparticipação ronda os
65%. Como sabemos, os trabalhos a mais e outros não são comparticipados o que significa que,
na prática, não são exactamente os 65%, mas 55% ou 60% e às vezes inferior
Foi decidido não cortar nenhuma das candidaturas e chegou-se a um entendimento que
em vez de cortar parte delas seria possível contemplar todas se o valor médio a atribuir de com-
participação fosse um pouco mais abaixo. Foi uma decisão solidária dos Municípios
Os investimentos a fazer no concelho de Coruche são fundamentalmente obras financia-
das pelo Quadro Comunitário e que têm a ver com o desenvolvimento do concelho e com a pro-
moção da qualidade de vida, nomeadamente:
Revitalização Urbana - Zona envolvente ao Rio Sorraia;
Circular Urbana à Vila de Coruche;
Entrada Nascente;
Entrada Nascente;
Centros Escolares - o projecto do Centro Escolar de Coruche está pronto e vamos lançar
concurso por ajuste directo. Estamos a elaborar o projecto do Centro Escolar da Fajarda (para



lançar a obra ainda este ano) e estamos a preparar os projectos para os Centros Escolares da
Branca e da Lamarosa.
Quartel dos Bombeiros - obra que será feita através de contrato-programa com o Gover-
no, mas que será suportada em parte pelo Município
Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Coruche;
Apoio a entidades privadas, IPSS e outras, nomeadamente no que respeita à acção social
e saúde. Recordo o esforço que temos estado a fazer para apoiar o Centro de Dia da Fajarda, o
esforço que vamos fazer para apoiar a Unidade de Cuidados Continuados da Misericórdia de
Coruche e a disponibilidade que continuamos a manter para apoiar o projecto do Lar da Lamaro-
sa (que aguarda financiamento governamental e para o qual a Câmara contribuirá com um esfor-
ço financeiro dentro do que é habitual - 25% do custo total)
Estão a decorrer alguns Contratos-Programa com as Juntas de Freguesia, tais como Bis-
cainho e Lamarosa. Temos em orçamento verbas, admito que indicativas, dependentes daquilo
que forem as iniciativas das Juntas de Freguesia, que podem servir para fundamentar protocolos.
Esta é uma preocupação da Câmara - ter sempre uma hipótese de parceria com as Juntas de Fre-
guesia. Quando são obras de vulto para as quais não têm Orçamento temos vindo a contribuir
para a sua realização numa perspectiva de 50% / 50%
Há ainda um grande esforço no que respeita a acrescentar qualidade de vida e àquilo que
são normas ambientais. Exemplo disso é o grande trabalho que está a ser feito pela Águas do
Ribatejo relativamente à construção de ETAR's, estações elevatórias e condutas de esgoto um
pouco por todo o concelho. O investimento até ao final de 2010 vai rondar os oito milhões e
meio de euros.
Estão em construção as ETAR's do Couço, da Branca e da Zona Industrial do Monte da
Barca (que vai também servir as populações da Azervadinha, dos Montinhos dos Pegos, do
Rebocho e Salgueirinha, da própria Zona Industrial e do futuro Parque Industrial)
Vamos tomar posse administrativa, no próximo dia 6 de Janeiro, do terreno em Santana
do Mato para executar a ETAR, isto na sequência de uma expropriação não amigável
Já está instalada uma ETAR compacta na Erra para tratamento dos esgotos
As ETAR's das restantes freguesias são para executar até final de 2010
Vamos acompanhar este grande esforço que é dotar o concelho de Coruche das condições
ideais no que respeita ao saneamento. Claro que vai haver pequenos troços onde não será possí-
vel fazer conduta de esgoto. Haverá depois a possibilidade de ser feita a recolha dos efluentes
para serem transportados para as ETAR's. No caso de existirem fossas colectivas poderão ser
despejadas com regularidade
A Câmara não vai deixar de dar atenção a equipamentos e infra-estruturas com uso já



acentuado e que precisam de requalificação. É o caso da Estrada da Lamarosa e outras infra-
estruturas que existem no concelho
Estamos a iniciar uma política de aplicação de energias renováveis e energias alternativas
para os edifícios municipais. Está a decorrer o concurso para o Pavilhão Desportivo, Piscinas
Municipais e Estádio Municipal. Também estamos a estudar com várias empresas o aproveita-
mento de energia solar, através de microgeração, para fazer o abastecimento do centro histórico e
áreas urbanas
Um novo desafio em relação ao Parque Escolar, a gestão de um conjunto de várias deze-
nas de funcionários que ficarão sob a alçada do Município (de acordo com o contrato-programa
celebrado com a DREL). Quanto ao 1.º Ciclo do Ensino Básico já assumíamos algumas compe-
tências e agora vamos assumir o pessoal não docente. O facto de se construir o Centro Escolar de
Coruche vai permitir operacionalizar melhor este trabalho
Em relação aos transportes escolares é uma preocupação fundamental que vamos ter que
garantir no futuro. No entanto, à medida que vamos construindo os Centros Escolares será possí-
vel acrescentar ainda mais alguns circuitos de transportes, mas por outro lado garantimos uma
melhor qualidade de ensino e outras condições pedagógicas para o trabalho dos professores e
para a aprendizagem dos alunos
Concluímos o equipamento das Escolas do 1º Ciclo com a instalação de quadros interac-
tivos que estão disponíveis em todas as escolas
O Presidente da Assembleia agradeceu as explicações dadas pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Armando Rodrigues referiu: Não resisto a dizer que tenho aqui a acta em que
aprovámos estes documentos para o ano de 2009. Isto é, estávamos em 2008, íamos entrar num
ano eleitoral e o entusiasmo e a vivacidade do Senhor Presidente da Câmara era indiscutível
Hoje foi uma coisa muito diferente, uma intervenção sem chama e sem entusiasmo. Percebo
encerrámos o ciclo eleitoral e agora estamos a entrar num novo ciclo. Este ano é um ano de
"vacas magras" e, eventualmente, o próximo, porque o ano que passou foi um ano deveras
exigente
Todos conhecemos o que foi o ano de 2009, mas eu gostava de dar a seguinte nota:
Os documentos que nos são apresentados, no essencial, são as obras e as acções que se
vêm arrastando há um conjunto de anos e, portanto, não trazem nada de novo
Mais uma vez, não há nenhuma referência em relação ao terreno do Montinho do Brito
São 7 hectares, presumo que do Município, e a Assembleia tem o direito de saber o ponto de vis-
ta da propriedade daquele terreno. Passaram já dois mandatos, vamos entrar no terceiro mandatos
e o que é que se perspectiva? O que é que a Câmara vai potenciar naquele espaço?



Neste Orçamento surge uma rubrica de que o Senhor Presidente da Câmara não falou.
Isto é, o que se orçamenta em termos de horas extraordinárias é qualquer coisa como 40 mil euros a mais do que em 2009. Tem algum significado
Há uma subida astronómica no que diz respeito à verba orçamentada relativamente aos
resíduos sólidos. Era 111 mil euros em 2009 e passa para 314 mil euros. Percebi, da leitura que
fiz dos documentos, que isto vai implicar um aumento muito significativo daquilo que os coru-
chenses vão pagar, juntamente com a factura da água, no que diz respeito aos resíduos sólidos.
Quando discutirmos as Águas do Ribatejo vamos verificar o que está previsto - reduzem-se os
escalões e aumenta-se bastante a tarifa
Relativamente às Grandes Opções do Plano, o que se aponta para 2010 é exactamente
retomar o que há anos a esta parte vem sendo prometido
Acho que é um Orçamento e um Plano sem grandes novidades e que, naturalmente, sofre
as consequências de vir após um ano em que os recursos financeiros do Município foram "des-
viados" noutras direcções, para outras exigências, tendo em conta que foi um ano eleitoral. São
dois documentos muito fracos e eu diria que há quase uma estagnação
O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Relativamente à rubrica "Comércio e
Turismo" pode-se constatar que a remodelação do edifício do Mercado Municipal se tem arras-
tado há vários anos. Certamente, não será em 2010 que serão concluídas estas obras
Uma referência sobre o Observatório do Sobreiro e da Cortiça, Ecopark do Sobreiro e da
Cortiça, PROVERE e a FICOR. Uma série de rubricas que até 2013 envolvem cerca de um
milhão e meio de euros. Gostaria de saber qual a estratégia no que diz respeito ao Observatório
do Sobreiro e da Cortiça. Se está prevista a sua intervenção na indústria da cortiça ou no monta-
do de sobro e se já está alguma coisa planeada em termos de articulação com as Universida-
des da região
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Gostaria de obter alguns esclarecimentos e
queria fazer alguns comentários, em jeito de crítica construtiva, e alertar para algumas dúvidas
que nos assaltam a alma em relação a alguns valores que achamos que não se enquadram no glo-
bal do Orçamento e que nos parecem relevantes
Um valor de mais de 3 milhões de euros em custos de pessoal. Seria interessante perceber
o que é que isto significa
O valor pago à Associação de Municípios - cerca de 22 mil contos. Tentar perceber o
porquê de uma verba tão elevada. É uma verba que poderia seguramente ser usada noutras áreas
mais interessantes
Em "Construções Diversas" os valores são pouco elevados
No último ponto - "Outros" - consta mais de 3 milhões de euros. É um valor que não



sabemos o que é e seria importante uma explicação. Num orçamento "Outros" será sempre a
verba residual e não a verba principal
As juntas de freguesia têm uma transferência tão pequena - 480 mil euros - quando há
verbas no Orçamento muito superiores. Tentar perceber porque é que este valor é relativamente
pequeno em relação ao total, quando as juntas de freguesia precisam de dinheiro para desenvol-
ver a sua actividade
Não verificamos uma grande preocupação em termos sociais. Temos mais de quatrocen-
tas pessoas em espera para o Lar de Idosos da Misericórdia e não temos mais nenhum equipa-
mento social público, cooperativo ou convencionado. Existe um problema por resolver na Lama-
rosa e um equipamento que se está a degradar e que é essencial. Porque é que não é financiado
com uma verba maior? Porque é que a parte social não está contemplada neste Orçamento de
uma forma mais importante e mais visível?
O Deputado Municipal Luís Alberto referiu: Como não pude estar presente na primeira
sessão, quero desde já cumprimentar todos os Vogais
Ao mesmo tempo quero criticar que, se este espaço é bom para umas actividades, para
esta não é o melhor. Não temos condições de trabalho para consultar a documentação
Estamos perante a discussão de documentos como os de há um ano atrás e verifica-se,
mais uma vez, e este ano à "pala da crise", que várias obras desapareceram. Refiro-me concre-
tamente à freguesia do Couço. A população da freguesia continua a confrontar-se com essas
necessidades, concretamente: ligação Erra/Texugueira, arruamentos - Rua Florbela Espanca, no
Couço e Rua das Flores, nos Lagoíços. Qual a explicação para esta situação e porquê obras
novas quando as que havia em anos anteriores pura e simplesmente desapareceram?
Tem sido constante a proposta da Junta de Freguesia do Couço em relação a uma rubrica
- Centro de Dia do Couço. Continuo sem encontrar nestes documentos um valor para essa obra.
Há alguma necessidade em construir um edifício próprio para o Centro de Dia do Couço, pois a
Associação não tem meios próprios para levar por diante essa obra
Ouvi o Senhor Presidente da Câmara afirmar que há parcerias com as juntas de freguesia
a 50% - 50%. Uma vez que a Junta de Freguesia do Couço enviou um ofício à Câmara, solici-
tando apoio para a reconstrução do Clube Recreativo, porque é que não obtivemos resposta? Para
a execução desta obra o nosso orçamento é muito limitado e era importante o apoio da Câmara
Municipal
As questões de saneamento já não são uma competência do Município. Passaram a ser
competência das Águas do Ribatejo. Há pequenos troços cuja construção é essencial. Refiro-me
concretamente a duas situações - na Volta do Vale e nos Altos dos Passarinhos, no Couço. Não
são concerteza obras muito caras, mas são necessárias para as populações



Quanto às despesas correntes, podemos constatar que existe um aumento das despesas
com pessoal em relação ao ano anterior. Não encontro justificação a não ser naquilo que vamos
discutir - o Mapa de Pessoal - , em que se verifica um forte aumento de quadros superiores
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira afirmou: Esta semana ouvi o Senhor Presidente
da Câmara anunciar o alargamento do Programa "Casas com Gente" para fora do Centro Históri-
co. Esta é uma visão ou uma estratégica com a qual o MIC não está de acordo. É premente apro-
veitar este programa para potenciar o Centro Histórico. Não concordamos que seja já alargado
pelo concelho
Não compreendemos também, e sendo esta uma das principais bandeiras do executivo do
PS, a consagração de um valor tão pequeno para o Programa "Casas com Gente" - 100 mil euros.
Não nos parece que seja assim que vamos resolver o problema da emergência habitacional do
Centro Histórico de Coruche. Achamos que se poderia fazer mais um esforço, porque essa é uma
das batalhas que deve ter prioridade no nosso concelho. Isto é, no Centro Histórico numa primei-
ra fase e depois as outras fases
Na nossa opinião o PPI descura áreas fundamentais para a qualidade de vida dos cida-
dãos, como é o caso da educação, segurança e saúde
Em relação aos idosos, também existe uma grande lacuna. Por exemplo, a realização do
Lar da Lamarosa. A cada dia que passa está a cair e a ser destruído. Urge fazer um esforço para
concluir esta obra. No entanto, vemos que se fazem investimentos que julgamos serem insusten-
táveis e que os coruchenses simplesmente não conhecem
Este PPI não nota qualquer preocupação social, daí o nosso voto contra
A Deputada Municipal Liliana Sousa referiu: Relativamente à reflexão que o Grupo
Municipal da CDU faz sobre o PPI e o Orçamento para o ano de 2010, queria frisar que é o ano
do pagamento da factura, do "lufa-lufa" de acções que foram levadas a cabo em vésperas de elei-
ções, no ano de 2009
A verdade é que existem obras importantes que, em anos sucessivos, vêm sendo incluídas
com dotação orçamental e que sistematicamente não são cumpridas. Todos conhecemos aquelas
que não passam de virtualidades e que podemos encontrar no bem pago por todos nós, no luxuo-
so, Boletim Municipal
Há uma preocupação que me assola que é o ponto de vista da preocupação social deste
executivo
Se por um lado há um grande investimento, e não retirando a importância que do ponto
de vista económico e social se pode dar à questão da cortiça (com este investimento de um
Ecopark que ainda não percebemos muito bem do que se trata), a verdade é que encontramos
aqui para habitação social e programas habitacionais pouco mais do que zero. É o que este exe-



cutivo tem de facto para nos oferecer
Pelo conteúdo destes documentos que temos estado a analisar temos todas as razões
para suspeitar que não é ainda em 2010 que as grandes preocupações dos coruchenses vão ser
resolvidas
Não aceitamos um PPI que sistematicamente se instrumentaliza ao sabor da onda
A CDU tem de afirmar muito claramente o seu desagrado pela forma como este executi-
vo gere, ou pretende gerir, aquilo que são os recursos de todos nós
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Começava por salientar nas palavras do
Senhor Presidente da Câmara que este será um exercício de contenção
Creio que os Senhores Vogais tiveram oportunidade de constatar que o Orçamento do
Município para 2010, à semelhança daquilo que aconteceu noutros anos, tem uma forte depen-
dência da Administração Central. Grosso modo estamos a falar de 68% das receitas que advém
da Administração Central
Estamos perante um documento de inquestionável qualidade. Salientava precisamente a
visão deste executivo e a sua capacidade de decisão estratégica de optar por vários projectos
Como o Senhor Presidente da Câmara referiu, e muito bem, acabou por concordar em baixar as
taxas de comparticipação de forma a conseguir executar projectos em várias áreas e que são
extremamente importantes para o desenvolvimento do concelho. Isso muito irá contribuir para
incrementar a qualidade de vida dos munícipes
Há aqui questões que continuam de ano para ano a fazer-me alguma confusão. Oiço o
Vogal Armando Rodrigues colocar algumas questões que certamente são legítimas, mas eu diria
que é muito confortável estar desse lado e questionar o executivo. Não podemos só estar desse
lado a apontar o dedo, temos de apresentar também soluções, temos de contribuir para o desen-
volvimento do concelho. Gostava de saber quais são os cenários que a CDU tem para apresentar
ao executivo para ele integrar neste Plano, tendo em conta os constrangimentos que tem
Consideramos que os projectos que estão no PPI foram bem definidos, foram bem selec-
cionados, têm em conta as restrições impostas por eixos estratégicos e com as prioridades do
QREN. Isto é extremamente importante e por isso é que a Vogal Liliana Sousa dizia que não
compreende porque é que há obras que passam de ano para ano. Se este ano os financiamentos
que eu consegui obter são para obras que não eram aquelas que estavam contempladas neste Pla-
no que foi aprovado, certamente que, no próximo ano, terei de rever o Plano e de alterar as prio-
ridades. Não me choca absolutamente nada que haja obras que vão sendo adiadas. Chocaria-me
se elas desaparecessem ou se não passassem pela estratégia do executivo de virem a ser concreti-
zadas. O que me parece é que, de facto, não tem havido estagnação
Também não me parece que os munícipes estejam muito sensíveis às mudanças das



acções ou daquilo que é programado num Plano e que passa para o Plano seguinte. O que os
munícipes querem é que se faça obra integrada e que, de alguma forma, se procure responder a
todas as áreas onde há mais carências
Acho que a Vogal Liliana Sousa deveria ter um pouco mais consciência do que é um Pla-
no, quais as suas limitações, e não apontar o dedo sem apresentar propostas concretas
Relativamente àquilo que disse o Vogal Gonçalo Ferreira, estou sensível para as preocu-
pações que aponta, mas devo dizer que há competências de cariz social que não estão no domínio
das câmaras. Creio que todos nós partilhamos dessa preocupação
Em suma, diria que este Plano consubstancia-se num planeamento equilibrado que permi-
te continuar a desenvolver o concelho de Coruche de uma forma sustentada e os projectos abran-
gem quase todos os domínios. Destaco: Educação, Protecção Civil, Transportes e Comunicações,
Protecção Ambiental, Energias Alternativas, Cultura, Desporto, Comércio e Turismo
Para concluir, dizer que estão aqui em causa nestas acções cerca de 3,6 milhões de euros,
que, de grosso modo, se irão traduzir em 6 milhões de euros de investimento. Será pouco? Creio
que é aquilo que é possível face ao contexto que temos e, portanto, quem faz aquilo que pode a
mais não é obrigado
O Presidente da Assembleia solicitou autorização para continuação dos trabalhos para
além das zero horas.
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
O Deputado Municipal Joaquim Serrão afirmou: O Vogal Osvaldo Ferreira já disse o
principal que havia a dizer em relação a este Plano e pouco mais vou acrescentar
Começo por reconhecer o trabalho técnico que foi feito na elaboração deste Plano pelo
Senhor Director de Departamento e pela sua equipa
Não concordo absolutamente nada quando se diz que foi feito investimento em 2009 por
ter sido ano de eleições e que foi feito em cima da hora. Os investimentos que foram realizados
eram os investimentos que tinham sido planeados e aprovados pela Assembleia
Relativamente à execução de 2009, em comparação a este Plano, que segundo dizem não
traduz o que efectivamente poderia traduzir, na minha opinião são contempladas verbas para
investimentos que considero importantes no âmbito dos Bombeiros, Protecção e Ambiente, Rede
Viária e Apoio Social. Quando se diz que não há verba para Apoio Social não concordo com
essa opinião
Acho que este plano é equilibrado no aspecto de distribuição e diversificação
O Grupo Municipal do PS vai votar favoravelmente este Plano porque o entende válido e
é um bom Plano
Relativamente às transferências para as juntas de freguesia, há semelhança de anos ante-



riores, têm a ver com protocolos. Isto é, a Câmara não	vai transferir mais verbas do que aquelas
que correspondem aos protocolos elaborados com as jur	ntas de freguesia. Como se sabe, as trans-
ferências não acontecem sem haver protocolos que de	terminem qual é o montante que vai ser
transferido para as juntas de freguesia	
Queria felicitar o executivo porque me parece se	r um Plano de contenção, mas equilibra-
do e à medida das possibilidades que tem o Município	
O Deputado Municipal Filipe Justino afirmou: Q	uando se diz que o Senhor Presidente da
Câmara apresentou o PPI e o Orçamento de uma forma	frouxa, retribuo a crítica porque acho que
a oposição, nomeadamente da CDU, não esteve tão ag	guerrida como em anos anteriores. Acho
isso perfeitamente normal, acabámos de sair de eleições	há dois meses atrás e até não fazia muito
sentido estarmos a trocar os argumentos que se esbaterar	n durante a campanha
As obras mais relevantes são postas neste PPI	e Orçamento, sendo uma parte delas as
propostas do Partido Socialista	
Quando se fala que a despesa com os resíduos	sólidos aumenta consideravelmente, isso
tem a ver com a RESIURB. Estamos numa sociedade d	le consumo, cada vez mais se consome e
há mais lixo. Não estou desagradado. Estava desagradad	lo se deitássemos o lixo pelos campos. O
lixo tem de ser pago, tem de ir para os aterros sanitários	s e tem de levar o devido tratamento, por
isso acho natural e nem sequer questiono	
No que respeita às Águas do Ribatejo é muito	fácil falar. Coitadinhos dos coruchenses
que vão pagar água mais cara. É uma maneira populi	sta de falar das coisas. Se não fosse as
Águas do Ribatejo se calhar não tínhamos feito o emis	ssário na vila de Coruche. Se calhar não
iríamos construir diversas ETAR's que foram aqui citad	as
O Presidente da Assembleia salientou que não ac	eitava mais inscrições e passou a palavra
ao Presidente da Câmara	
O Presidente da Câmara referiu: Foi dito em re	lação ao pessoal que iríamos acrescentar
40 mil euros em horas extraordinárias. Há aqui um facto	or novo que são os setenta e tal funcioná-
rios que vão engrossar os trabalhadores municipais e	que anteriormente estavam ligados ao
Ministério da Educação. Certamente que também farão	algumas horas extraordinárias. Para além
disso, há uma situação nova que é a impossibilidade de	compensação do trabalho extraordinário
em tempo. No futuro as horas que forem feitas têm de se	er pagas
Em relação aos resíduos sólidos há a necessidado	e de recolhermos uma receita que corres-
ponda à despesa com os mesmos. Os custos de deposiçã	o do lixo têm aumentado estrondosamen-
te. No ano de 2009 pagámos cerca de 316 mil euros à RI	ESIURB por depositarmos lixo no Aterro
Sanitário da Raposa. O próprio Instituto Regulador das	Águas e dos Resíduos estabelece o prin-
cípio do pagador/utilizador, ou seja, o Município tem o	le fazer reflectir em cada consumidor os



respectivos custos
Fizemos um levantamento em relação aos Municípios vizinhos e a proposta que apresen-
tamos em relação à tarifa dos resíduos sólidos aproxima-nos do Município de Benavente. Vai
permitir arrecadar uma receita equivalente àquilo que é a despesa da Câmara com o pagamento
da deposição dos resíduos sólidos. Estes custos são elevados e a Câmara está a suportar no seu
Orçamento uma despesa que será superior a esta: de cinco viaturas para a recolha do lixo, mais
três funcionários por viatura e mais tudo o que está associado a essa mesma recolha - contentores
e outros trabalhos. De qualquer forma, o que pretendemos fazer reflectir no consumi-
dor/utilizador é aquilo que é a despesa de deposição do lixo no Aterro Sanitário da Raposa
Relativamente ao terreno do Montinho do Brito não temos nenhum projecto definido e
aprovado. Temos vindo a exortar os Senhores Vogais para o fazerem. Em diversas circunstâncias
sugerimos que propusessem uma ocupação para aquele terreno que é da Câmara Municipal.
Recordo que quem dizia que o terreno não era da Câmara era a CDU. Várias vezes nos acusaram
de o termos usurpado (não sei com que informação ou documentação). Já deixaram cair essa
bandeira, como outras que ficaram pelo caminho, e agora vêm perguntar o que é que lá se vai
fazer. O terreno é da Câmara e está registado há vários anos em nome da autarquia. Decorreu de
uma negociação com o Grupo Desportivo "O Coruchense" aprovada em reunião de Câmara e de
Assembleia Municipal. Estamos disponíveis para discutir soluções para o terreno do Montinho
do Brito
Em relação ao Observatório do Sobreiro e da Cortiça e ao Ecopark, que é uma valoriza-
ção do montado de sobro na Herdade dos Concelhos, o que fizemos foi uma candidatura ao pro-
grama PROVERE no sentido de dotar o Observatório do Sobreiro e da Cortiça de equipamento
para os laboratórios (cerca de 500 mil euros) e de intervir na requalificação, na reflorestação e na
certificação do montado de sobro da Herdade dos Concelhos. Associado a isso criar condições
para fazer educação ambiental e outras actividades promocionais relativas ao montado de sobro
nessa herdade
A perspectiva do Observatório do Sobreiro e da Cortiça é estar ao serviço da fileira da
cortiça, fundamentalmente virado para os produtores, para aquilo que é o montado de sobro e
para o apoio aos produtores no que respeita à investigação que tem de ser feita (doenças, quali-
dade de produção, certificação florestal e markting do montado de sobro)
Em relação à natureza do Observatório do Sobreiro e da Cortiça vamos ter de fazer essa
discussão na Assembleia. Penso que na próxima sessão teremos condições de decidir se vai ser
uma empresa municipal ou se vai ser uma fundação e qual o modelo jurídico para desenvolver a
actividade, sabendo que a Câmara não abdica de uma posição importante naquilo que vai ser o
seu futuro.



	Não percebi qual é a relação dos investimentos previstos para o Ecopark com a habitação
	social. Não consegui entender como a Vogal Liliana Sousa os ligou e comparou. São coisas
ŀ	completamente diferentes. No caso concreto do Ecopark pode ser financiado através do Progra-
	ma PROVERE, mas não estou a ver como é que a habitação social o será. Comparar coisas que
	não são comparáveis não dá bom resultado. São coisas distintas, não podem ser comparadas
	Quanto à rubrica do Orçamento no valor de 3.111.372 euros, são despesas correntes com
ŀ	pessoal e cada rubrica refere-se a um tipo de contrato ou de ligação do pessoal com o Município.
	Acho infeliz a expressão do Vogal Luís Alberto. Dizer que a Câmara "à pala da crise",
ŀ	como se não houvesse crise. Sei que recentemente, já depois da campanha eleitoral, esteve pre-
	sente um grande cantor português a animar o Convívio de Reformados do Couço. É sinal que
	não há crise no Couço e que a campanha eleitoral nos outros sítios terminou a 11 de Outubro e
	no Couço, pelos vistos, ainda não terminou. Há crise no resto do mundo, à excepção do Couço
	Há coisas que não vale a pena estar sempre a repetir. No entanto, tenho de dizer outra vez
ŀ	que relativamente à estrada da Erra/Texugueira estamos à espera da desclassificação do troço
l	entre Coruche/Erra. Temos em Orçamento uma rubrica para avançar com este projecto, mas não
	faremos a obra antes da desclassificação do referido troço
	Em relação ao Centro de Dia do Couço, há algum projecto e alguma candidatura? É evi-
ŀ	dente que não há qualquer rubrica no Orçamento. Há uma rubrica para o Centro de Dia da Fajar-
l	da e para a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia porque temos um
ŀ	contrato-programa com essas entidades na base de um projecto e de uma candidatura que foi
ŀ	aceite e que tem financiamento definido pela Segurança Social. Há anos a esta parte que tem
	havido contactos diversos com a Segurança Social a nível regional, no entanto, sempre foi dito
ŀ	que não havia verba para a construção do Centro de Dia do Couço. Na sequência desse movi-
	mento foi possível dotar a freguesia de apoio domiciliário a cerca de 20 pessoas. Este número
11.	poderá aumentar se forem criadas condições de retaguarda, nomeadamente ao nível de cozinha e
ŀ	de lavandaria
	A construção do Centro de Dia do Couço tem de ser iniciativa de uma IPSS ou da Asso-
ŀ	ciação de Reformados e Pensionistas do Couço. Não é a Câmara que vai estar à frente. A Câmara
ŀ	vai acompanhar se essa iniciativa ocorrer. Não consta no Plano uma rubrica porque nem sequer
	existe essa IPSS, nem essa ideia do Centro de Dia do Couço está materializada numa candidatura
ŀ	ou num projecto
	Relativamente à possibilidade do contrato-programa com a Câmara sobre o edifício que a
Į.	Junta de Freguesia do Couço decidiu reconstruir, depois de desenvolver esses esforços e gastar
l	algum dinheiro chuta a bola para a Câmara. Primeiro discutimos as obras com as juntas de fre-
	guesia e por vezes até fazemos os projectos. Depois é que fazemos os contratos-programa. Foi



um acto voluntarista da parte da Freguesia do Couço (se calhar muito justo e justificado) que
depois enviou uma carta para a Câmara a solicitar apoio. Sentem-se à mesa para discutir a ques-
tão connosco. Era de bom tom que enviassem o projecto para a Câmara. É uma obra feita no
espaço urbano, no contexto de envolvimento de outros edifícios e, naturalmente, devia ser acom-
panhada pelos Serviços de Urbanismo
Quanto ao saneamento da Volta do Vale, a obra está prevista na intervenção das Águas
do Ribatejo
Em relação aos Altos dos Passarinhos, não tenho conhecimento exactamente desse pro-
cesso, mas posso informar-me se é viável ou não
Os Deputados do MIC têm todo o direito em votar contra, agora pelos argumentos parece
que não se justifica. Num Orçamento e num Plano desta dimensão pegar no Programa "Casas
com Gente" e fazer disso a razão para votar contra, acho que é relativamente escasso. Ainda por
cima, quando o voto contra se fundamenta no facto do Programa ser alargado para fora do Cen-
tro Histórico. Se reduzíssemos o apoio ou a área de intervenção se calhar havia razão para críti-
ca. O Programa não deixa de ser possível no Centro Histórico. Parece-me que o Centro Histórico
não está de maneira nenhuma abandonado nem menorizado pela política da Câmara. No caso de
apoio a famílias carenciadas que precisam de alugar ou comprar casa não vem mal ao mundo,
antes pelo contrário, alargar o âmbito para lá do Centro Histórico. Penso que será bastante inte-
ressante
As preocupações sociais com os idosos são demonstradas com aquilo que são as políticas
sociais da Câmara. Por exemplo, em todas as reuniões de Câmara temos deliberado sobre situa-
ções de carência social dos mais diversos níveis. Temos vindo a ocorrer em função das dificul-
dades económicas que as pessoas atravessam. São exemplo: pagamento de passes escolares, bol-
sas de estudo, reabilitação de habitações através do Programa do Conforto Habitacional nos mais
diversos lugares do Concelho
Quanto à rubrica "Outros" do Orçamento, é oficial no Plano de Contabilidade dos Muni-
cípios. Não é nenhum saco azul, é um conjunto de despesas vastíssimas que contempla obras tão
diversas como a Central de Camionagem, Escola Salgueiro Maia, Coruche Norte, Coruche Nas-
cente, Arranjo Urbanístico da Rua Riba Falcão e Bairro da Areia, Ciclovia Urbana e Revitaliza-
ção do Centro Histórico
Não vou fazer comentários sobre aquilo que o Vogal Filipe Justino disse em relação à
disposição do Presidente da Câmara e dos Vogais e ao calor da discussão. Quando estamos segu-
ros do que estamos a fazer, temos bastante tranquilidade na apresentação das coisas
O Deputado Municipal Luís Alberto salientou: O artista que esteve no Convívio de
Reformados do Couço foi actuar gratuitamente. O Senhor Presidente da Câmara fala em crise,



mas a Junta de Freguesia não teve qualquer despesa com essa actividade
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor (dezassete do PS e um
do PSD), seis votos contra da CDU e quatro abstenções (duas da CDU - Deputados Municipais
Luís Alberto e Ilídio Serrador - e duas do MIC), aprovar o Orçamento do Município para o ano
de 2010
A presente deliberação foi aprovada em minuta
Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor (dezassete do PS e um
do PSD), oito votos contra (seis da CDU e dois do MIC) e duas abstenções da CDU (Deputados
Municipais Luís Alberto e Ilídio Serrador), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município
para o ano de 2010
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Abel Santos apresentou a seguinte declaração de voto:
De facto a governação da Câmara faz-se por opções e quem tem a legitimidade democrá-
tica para o fazer é o PS
As nossas opções, de facto, não estão na sua maioria incluídas no PPI, como tal, essa é a
razão do nosso voto contra e por entendermos que no momento que se vive actualmente em Por-
tugal, nomeadamente em Coruche, as questões sociais devem ter um papel premente e funda-
mental
A Deputada Municipal Liliana Sousa apresentou a seguinte declaração de voto:
Voto contra porque, da avaliação que fiz, estes documentos, de facto, reflectem uma bai-
xa preocupação do ponto de vista social
Não referi que em 2010 vamos pagar investimentos feitos em 2009, mas sim acções. E
acções podem ser coisas tão diversas como pagar viagens de comboio
O Deputado Municipal Ilídio Serrador apresentou a seguinte declaração de voto:
Nada tenho contra as obras que estão no Plano. Acho que são bem feitas. Se calhar pecam
por ser poucas. Poderiam ser mais se houvesse possibilidade para isso
Cada vez começo a acreditar menos nos políticos do nosso país, principalmente em
alguns, e vou dar aqui um exemplo:
Em relação à freguesia da Fajarda o PS, em campanha eleitoral, fez uma série de promes-
sas e transcreveu-as nos seus documentos
O PS ganha as eleições. As propostas que o executivo da Junta de Freguesia da Fajarda
propôs à Câmara Municipal foram praticamente aquelas que o PS prometeu em campanha eleito-
ral. Resultado das propostas - zero



Algumas obras propostas permaneciam no Plano da Câmara há cerca de sete ou oito anos
como é o caso da Rua Felicidade Páscoa e Rua do Vale, que agora desapareceram
O Deputado Municipal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto:
Votei a favor do Plano e Orçamento porque a Câmara mantém as verbas para as juntas d
freguesia. Embora a situação económica seja difícil, faz o esforço e está a manter a mesma per
centagem
A partir deste momento o Deputado Municipal José Casanova deixou de participa
nos trabalhos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte sete membros
PONTO SETE - MAPA DE PESSOAL A APROVAR NOS TERMOS DO DIS
POSTO NO ARTIGO 4.º DA LEI N.º 12-A/2008 PARA O ANO DE 2010:- Foi presente
ofício n.º 12236, de 10 de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando pro
posta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 9
de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Senho
Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Este Mapa de Pessoal corresponde fundamentalmente
àquilo que são as necessidades da Câmara Municipal
Já ouvi dizer algumas inverdades sobre o Mapa de Pessoal. Que íamos contratar não se
quantos técnicos, daí que a despesa fosse aumentar. Não corresponde à verdade
As pequenas alterações ao Mapa de Pessoal têm a ver, nomeadamente:
O pessoal a transferir do Ministério da Educação;
Mudanças em função das carreiras das pessoas e do tempo de serviço;
Mobilidade interna de quatro funcionários que, não sendo técnicos superiores, estão en
condições de proceder à mobilidade, tendo em conta a formação específica que fizeram e a pos
sibilidade de criar condições para encontrarem o lugar certo;
Concursos para sete bombeiros, dois pedreiros, dois assistentes operacionais, três condu
tores de autocarros e dois técnicos superiores
Queria afastar aquela ideia, que já foi aqui lançada para baralhar, de que teríamos um
perspectiva despesista, uma despesa acrescida com muitos técnicos superiores
A Câmara, na situação de crise em que vivemos, não tem qualquer intenção de aumenta
o pessoal seja em que categoria for. Este Mapa de Pessoal é sobretudo para dar resposta à situa
ção existente e àquilo que a legislação específica estabelece relativamente aos direitos dos traba
lhadores que estão em exercício na Câmara Municipal de Coruche
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Acho que um parecer das estrutura



representativas dos trabalhadores a acompanhar este Mapa de Pessoal era fundamental. Não é
que eu tenha a expectativa que a estrutura se pronunciasse contra, mas credibilizava mais este
documento e era positivo para a Câmara. Estávamos muito mais seguros daquilo que estávamos
a aprovar. Não é que eu tenha dúvidas sobre aquilo que está aqui dito
Penso que era um método de trabalho que, no futuro, devia ser seguido. Se há uma estru-
tura representativa dos trabalhadores, devia ter uma palavra sobre esta matéria
O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: A CDU vai ter que se abster porque vai
entrar mais pessoal, nomeadamente mais técnicos superiores. Também são pessoas e precisam de
trabalho, mas provavelmente vai ser disponibilizada uma verba maior para pagar os salários des-
tes trabalhadores. No entanto, cresce essa verba e não se encontra uma verba disponível, como
há pouco o Primeiro Secretário disse que seria de 150 ou 160 mil euros, para a opção gestionária.
Do ponto de vista da CDU há aqui alguma contradição, por isso teremos de nos abster
O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Salvo melhor opinião, e sem desprimor para
ninguém, penso que, por uma questão de transparência, uma questão de correcção de excelência
na apresentação de tudo o que é material para consulta dos Deputados Municipais e, como tal, de
consulta pública, no próximo Mapa de Pessoal seria importante que viessem descritos quais os
vencimentos de todos os funcionários e a sua competente categoria. Isto é uma informação
pública e seria de grande utilidade para todos percebermos para onde é que vão os nossos impos-
tos e quem ganha o quê, onde e como. Penso que o Mapa está muito bem feito, mas falta essa
informação
Solicito formalmente à Mesa que nos faça chegar a informação completa sobre os venci-
mentos e as categorias dos funcionários
O Presidente da Assembleia salientou: Penso que sim, isso é uma informação pública
O Primeiro Secretário referiu: Relativamente à proposta de Mapa de Pessoal que está a
ser submetido a esta Assembleia, parece-me que é uma proposta perfeitamente adaptada e ade-
quada à realidade actual do município. É um Mapa de Pessoal com a perspectiva de uma admi-
nistração do século XXI, ou seja, de uma administração cada vez mais prestadora de serviços
Não concordo que haja neste Mapa um acréscimo significativo de lugares. Isso não resul-
ta em parte nenhuma, nem em relação a técnicos superiores. O Senhor Presidente da Câmara já
fez referência aos lugares a criar
É com satisfação que constato que há uma preocupação relativamente aos contratos a
termo que já têm alguma duração, ou seja, que estão a atingir o seu segundo e terceiro ano. Pre-
vê-se lugares por tempo indeterminado para postos de trabalho que actualmente estão a ser ocu-
pados por contratos a termo. Garante-se estabilidade no caso das necessidades se tornarem de
carácter permanente. É uma nota que merece realce



Os Mapas de Pessoal cada vez são mais maleáveis. Tínhamos até há pouco tempo Qua-
dros de Pessoal que eram mais estanques e tinham uma vigência por vezes de décadas. Agora os
Mapas de Pessoal são aprovados pelas Assembleias Municipais todos os anos, daí haver a possi-
bilidade de fazer os reajustes que se tornem necessários
Parece-me que é um Mapa de Pessoal adequado, como já referi há pouco, àquilo que é a
Administração Pública dos tempos de hoje
O Deputado Municipal José Meirinho afirmou: De certa maneira o Primeiro Secretário já
avançou com alguns pontos que eu gostava de referir
O Deputado Municipal Abel Santos também apresentou algumas questões que faziam
parte das minhas preocupações
Apenas irei referir-me às Comissões de Serviço
Gostaria de dizer que este Mapa de Pessoal está bem apresentado, mas para quem real-
mente necessita de informação, acho que nas Comissões de Serviço devia vir indicado o início e
o seu término
O PSD vai votar favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos, realçando que res-
peito muito a opinião de cada um dos Deputados aqui presentes, mas um Mapa de Pessoal é
apresentado em termos de Câmara Municipal. Quem ganhou as eleições foi o Partido Socia-
lista e por conseguinte, quem ganha gere. Logo este Mapa merece a nossa aprovação
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor (dezassete do PS e um
do PSD) e nove abstenções (sete da CDU e duas do MIC), aprovar o Mapa de Pessoal para o ano
de 2010, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá integralmente transcrita para
todos os efeitos legais
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO OITO - AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A
REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE OS ANOS 2009/2010 DA EMPREITADA DE
ARRANJO URBANÍSTICO DA ENTRADA NASCENTE DE CORUCHE:- Foi presente o
ofício n.º 12236, de 10 de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a
proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordi-
nária de 9 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Senhor
Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Estava previsto que esta obra decorresse no ano econó-
mico de 2009, mas por razões que têm a ver com a necessidade de efectuar uma expropriação de
terrenos, a despesa terá de ser repartida também pelo ano de 2010



O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara
Não havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em usar da palavra, o Presi-
dente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos da emprei-
tada de Arranjo Urbanístico da Entrada Nascente de Coruche, entre os anos de 2009 e 2010, sen-
do o encargo orçamental de 2010 no valor de 225.646,178 € (IVA incluído)
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO NOVE - FIXAÇÃO DO VALOR DAS INFRA-ESTRUTURAS URBANÍS-
TICAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:- Foi presente o ofício n.º 12235, de 10 de
Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a proposta sobre o assunto em
epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 9 de Dezembro de
2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Nove por parte do Senhor
Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma competência e de uma obrigação dos
Municípios estabelecerem na sua área quais são os valores relativos a estas infra-estruturas
Os Serviços propõem manter os valores do ano passado para vigorar em 2010, tendo em
conta a situação económica que se vive e a necessidade de alguma contenção
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara
Não havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em usar da palavra, o Presi-
dente da Assembleia colocou à votação o Ponto Nove
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a fixação do valor das infra-estruturas
urbanísticas, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá por integralmente
transcrita
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZ - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICI-
PAL NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE
SAÚDE DA LEZÍRIA II:- Foi presente o ofício n.º 1890, de 18 de Novembro de 2009, do
Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria II, solicitando nos termos do Artigo 31.º do Decre-
to-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, a indicação do representante da Assembleia Municipal no
Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria II
O Grupo Municipal do PS apresentou como candidato o Deputado Municipal Nelson
Galvão
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: O Grupo Municipal do MIC não concorda
com o modelo do boletim de voto porque assim não é possível votar contra. O boletim de voto só



tem uma coluna
O Primeiro Secretário afirmou: A posição do Deputado Municipal Abel Santos fazia
algum sentido se à partida soubéssemos quem eram os candidatos que iam ser submetidos a
votação
O Deputado Municipal José Meirinho referiu: Entendo que a questão levantada pelo
Deputado Municipal Abel Santos é pertinente. No entanto, para encontrarmos aqui uma alterna-
tiva, sugeria à Mesa, aproveitando este impresso, que à frente do nome do Primeiro Secretário se
escreva, Sim, Não ou Abstenção
O Primeiro Secretário salientou: Dessa forma há o reconhecimento da letra. O que viola o
princípio do voto secreto, como aliás o Deputado Abel Santos defendeu aqui numa reunião
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: As minhas intervenções aqui são construti-
vas, visam aperfeiçoar a vivência de um regime democrático e visam a clareza dos procedimen-
tos. Sei que não altera em nada a eleição do Deputado Nelson Galvão. A questão não é essa, não
é preciso parecer é preciso ser
Percebo que não se sabia quais eram os candidatos e para não se estar a fazer boletins de
votos na hora, decidiram fazer isto. Para a próxima, põem os nomes de todos os Deputados
Municipais mas com três colunas, Sim, Não ou Branco, porque senão isto não é democrático
Estamos aqui a usar um vício de forma que não colhe. Estas coisas têm de ser levadas com serie-
dade. Sei que a intenção foi boa, a intenção não é subverter nada. Mas se podemos fazer melhor
vamos recolher propostas, penso que é o espírito da Mesa desta Assembleia. Vamos tentar fazer
melhor
Não entendam as minhas palavras como uma crítica pela negativa, entendam isto de for-
ma construtiva e façamos de forma correcta. Não estamos a brincar às votações
O Primeiro Secretário referiu: Estamos na presença de uma votação que é nominal. Dou
como exemplo a votação para a Presidência da República
Havendo um só candidato, temos de votar nesse candidato, votar em branco ou fazer um
voto nulo. É tão simples quanto isto
O Presidente da Assembleia referiu: Não há hipótese de fazer boletins de voto novos, este
boletim de voto vai ter que ser utilizado e quem quiser votar no Deputado Nelson Galvão põe a
cruz, quem não quiser vota em branco, a decisão está tomada
Procedeu-se de seguida à eleição, por voto secreto, participando na votação vinte e sete
Deputados Municipais
Foram obtidos os seguintes resultados:
Nelson Galvão - 18 votos
5 votos em branco



4 votos nulos
Foi eleito representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agru-
pamento de Centros de Saúde da Lezíria II o Deputado Municipal Nelson Galvão
PONTO ONZE - RECTIFICAÇÕES AOS ESTATUTOS DA "AR - ÁGUAS DO
RIBATEJO":- Foi presente o ofício n.º 12289, de 14 de Dezembro de 2009, da Câmara Munici-
pal de Coruche, anexando a proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unani-
midade, em sua Reunião Extraordinária de 14 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte
integrante da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Onze por parte do Senhor
Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Esta proposta tem a ver com a adequação dos Estatutos à
legislação em vigor. Onde se lê:
"AR - Águas do Ribatejo, EIM" passará para "AR - Águas do Ribatejo, EM"
"Sector Empresarial do Estado" passará para "Sector Empresarial Local"
São alterações que decorrem da lei e que não têm a ver com nenhuma mudança da estru-
tura das Águas do Ribatejo
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Senhor Presidente da
Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
A Deputada Municipal Liliana Sousa referiu: Relativamente a este ponto, não temos nada
a opor, vamos votar favoravelmente
No entanto, gostava de dizer que não temos nada contra a entrada de um Município e a
saída de outro, mas tendo em linha de conta que defendemos um projecto de água pública e
havendo um aumento das facturas que estão a chegar ao consumidor, resultado de todo este
processo das Águas do Ribatejo, e não querendo nós contribuir com o nosso voto nesse sentido,
o Grupo Municipal da CDU vai abster-se nos três pontos seguintes
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Onze
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a rectificação da escritura de consti-
tuição da Sociedade nos termos seguintes:
Rectificação da denominação:
Onde se lê "AR - Águas do Ribatejo, EIM" passará a ler-se "AR - Águas do Riba-
tejo, EM"
Onde se lê "Sector Empresarial do Estado" passará a ler-se "Sector Empresarial Local"
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DOZE - ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA "AR - ÁGUAS DO RIBA-



TEJO":- Foi presente o ofício n.º 12286, de 14 de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de
Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua
Reunião Extraordinária de 14 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da pre-
sente Actax
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Doze por parte do Senhor
Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com uma situação muito fácil de entender.
Trata-se de definir que a morada das Águas do Ribatejo passa a ser a sede social, na Rua Gaspar
Costa Ramalho, em Salvaterra de Magos. Conforme estava previsto, as obras já decorreram na
antiga sede do GAT, cujo edifício é dos Municípios de Benavente, Salvaterra de Magos e
Coruche
É também aumentar o capital social de acordo com o estudo da Análise Econó-
mico-Financeira, conforme proposta apresentada com a entrada de Torres Novas e a saída da
Golegã
O Presidente da Assembleia agradeceu a explicação dada pelo Presidente da Câmara
Não havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em usar da palavra, o Presi-
dente da Assembleia, colocou à votação o Ponto Doze
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS, duas do
MIC e uma do PSD) e sete abstenções da CDU:
Autorizar a alteração do contrato de sociedade, passando a constar que a sede social da
"AR - Águas do Ribatejo" passará a ser na Rua Gaspar Costa Ramalho, n.º 38, 2120-098 Salva-
terra de Magos.
Aumentar o capital social nos termos constantes na Análise Económico-Financeira do
Alargamento do Sistema Intermunicipal, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se
dá por integralmente transcrita
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TREZE - SAÍDA DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ DA "AR - ÁGUAS DO
RIBATEJO":- Foi presente o ofício n.º 12288, de 14 de Dezembro de 2009, da Câmara Munici-
pal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria,
em sua Reunião Extraordinária de 14 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante
da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Treze por parte do Senhor
Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Na sequência do que foi já aqui sugerido, acho que estes
dois pontos devem ser analisados em conjunto. Estão interligados



Trata-se de um processo negocial em que o capital da Golegã é subscrito por Torres
Novas e depois Torres Novas acrescenta capital com a sua entrada nas Águas do Ribatejo
Escusado será dizer que a entrada de Torres Novas é uma mais valia para este projecto
das Águas do Ribatejo. Vai acrescentar infra-estruturas, capital social e também número de con-
sumidores. De alguma forma vai colmatar a saída de Santarém
Em relação ao estudo de Análise Económico-Financeira, a Águas do Ribatejo continua a
ser o sistema mais favorável de norte a sul do país. Destas empresas que se formaram para fazer
a gestão das águas, a Águas do Ribatejo pratica os valores mais baixos das tarifas. O facto de
Torres Novas vir a acrescentar capital social e integrar este grupo vai trazer mais massa crítica ao
projecto e vai criar condições para uma melhor viabilidade deste mesmo projecto
Há um pequeno erro na Análise Económico-Financeira, página 10, "Tarifário Comum a
Todos os Concelhos Aderentes". Os escalões não estão correctos, sendo os seguintes:
1.° escalão - 0 a 5 m3
2.° escalão - 6 a 11 m3
3.° escalão - 11 a 20 m3
4.° escalão - mais de 20 m3
A Análise Económico-Financeira aponta para uma viabilidade desta empresa no horizon-
te de trinta anos. Tem em conta os grandes investimentos que já estão a ser feitos e os que vão
ser feitos nos próximos tempos, sobretudo no que respeita a saneamento e ao complemento de
redes de abastecimento de água, condutas e depósitos elevados
Se não houvesse a Águas do Ribatejo teriam de ser os Municípios a fazer o esforço da
comparticipação nacional. Com a gestão feita pela empresa o que vai acontecer é que todo o
esforço de 30% e 35% de investimento nacional serão suportados por ela
Tinha-se dúvidas sobre a entrada de capital privado nesta fase do projecto. Neste momen-
to o estudo aponta para que a totalidade do capital seja dos Municípios. Pensamos que, definiti-
vamente, o estudo aponta para que o capital seja concretizado em espécie e não em dinheiro, o
que é também uma vantagem para os Municípios
O facto da empresa ter esse património e ter o estudo de rentabilidade que permite enca-
rar o futuro com optimismo, no horizonte de trinta anos, levou à facilidade em adquirir financia-
mentos junto da banca. A situação está bastante equilibrada, sendo que no próximo ano já se vai
pagar serviços da dívida (cerca de um milhão de euros)
É uma verdade evidente, não vale a pena estar a escamotear, que a tendência será a nor-
malização dos tarifários de norte a sul em Portugal
Deste tipo de empresas, a Águas do Ribatejo é quem vende a água mais barata
Há pouco, ouvi a Vogal Liliana Sousa falar do aumento das facturas. O que está a aconte-



cer com alguns munícipes é que está a ser feita a actualização dos consumos. Há contadores que
não têm leituras há muito tempo, ou porque os munícipes não as forneceram ou porque os leito-
res cobradores não as fizeram. A partir do momento que essa leitura real é feita há que recuperar
pagamentos. Houve consumidores que durante meses sucessivos tiveram uma factura subavalia-
da. O que está a acontecer é um esforço muito grande para actualizar todas as contagens reais e
isso implica recuperar alguma receita que não foi cobrada no seu devido tempo
O futuro da Águas do Ribatejo passa por conseguir receitas que permitam pagar aquilo
que é a despesa com as águas e por, outro lado, ter alguma sobra para fazer investimentos. A
empresa não se limitará a vender água aos consumidores e a pedir o respectivo pagamento. Esta
empresa faz mais que isso, faz muito investimento na qualidade de vida, no ambiente e no pro-
porcionar melhores condições de habitabilidade, de saúde pública etc. Vai construir redes de
saneamento, novas captações de água, novas formas de abastecimento de água, melhorar a quali-
dade da água e tratar devidamente os esgotos
Até ao final de 2010 temos investimentos a rondar os 8,5 milhões de euros, o que é muito
significativo. Essa melhoria tem de ser notória, até porque os consumidores são cada vez mais
exigentes. Pagam, mas querem saber o que pagam. Vai haver um esforço por parte da Águas do
Ribatejo para que as facturas sejam discriminadas, para que as pessoas percebam efectivamente
aquilo que estão a pagar
Para além disso, foram criadas tarifas sociais que as pessoas podem utilizar (quem tiver
essas condições)
Recentemente foi aberta outra possibilidade que é a colocação de um segundo contador
em casas de habitação, onde os munícipes têm necessidade de utilizar água da rede pública para
regar jardins ou hortas. Essa água só tem um escalão e é relativamente mais barata porque não é
posteriormente tratada
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: O Senhor Presidente da Câmara ago-
ra baralhou-me com esta questão da Análise Económico-Financeira que suporta esta discussão.
Que não está correcta na página 10, ou seja, que o tarifário não é o que aqui está
Supunha que a entrada do Município de Torres Novas iria suavizar mais as coisas, quan-
do o Senhor Presidente disse que permite aumentar o capital social. Sendo um concelho de gran-
de dimensão, idêntico ao de Santarém, e que criaria melhores condições para a empresa Águas
do Ribatejo e, por conseguinte, para os consumidores desses concelhos
Tanto quanto percebi, agora há alterações nos escalões
O Presidente da Câmara salientou: O que está no estudo não é aquilo que vai ser aplicado.
O que vai ser aplicado são quatro escalões, sendo que o 4.º escalão engloba também o 5.º
O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou. Já percehi, mas em todo o caso há



alterações para cima. Diminui os escalões e há actualização do tarifário para valores s	ig-
nificativos	
Este documento referente ao ponto que temos de deliberar não está minimamente e	m
condições. Há quadros que não são legíveis (não se conseguem ler nem com uma lupa) e co	m
este erro nos tarifários acho que não devia vir assim à Assembleia. A Águas do Ribatejo to	em
uma estrutura minimamente especializada, com um conjunto de quadros técnicos e, portan	to,
deviam apresentar um documento em condições que nos permitisse perceber em concreto o que	e é
que estamos a tratar	
A minha convicção, e vou dizer isto com toda a franqueza, oxalá que não seja assim	, é
que para os consumidores do nosso e dos outros concelhos, em 2010, e por aí fora, espera-	·os
aumentos muito significativos. Para além desta redução de escalões, também os resíduos sólic	los
vão aumentar substancialmente de acordo com aquela lógica do utilizador/pagador. Vão	ser
indexados ao consumo de água e, portanto, vai fazer disparar brutalmente a tarifa do saneamen	to.
Nós estamos cá para ver as facturas dos coruchenses. O Senhor pode vir com aquela da tar	ifa
social, mas isso abrangerá uma minoria.	
A Câmara certamente terá o histórico dos consumidores ao longo destes anos. Eu s	ou
consumidor há quase trinta anos, tenho um histórico, seguramente que estará registado	
A questão que se coloca é que vai haver uma grande alteração para os consumidores	
Estamos a construir esta empresa que visa, e que tem como objectivo principal, o lucro.	O
Senhor Presidente da Câmara disse que, mais ou menos a médio prazo, a água vai estar a valor	res
e a níveis de acordo com aquela lógica que o Partido Socialista defende - do consur	ni-
dor/pagador. A água deixa de ser um bem público e passa a ser um bem que vai ser pago e bo	em
pago. Este é que é o grande drama que se vai colocar.	
Preocupa-me as declarações que acabei de ver ontem no Jornal "O Mirante" - arrogant	es,
insensíveis, e diria até mal educadas, do Presidente de Administração a propósito das queixa	s e
reclamações que nestes últimos tempos, um pouco por todos os concelhos que pertencem	ıà
Águas do Ribatejo, têm chegado à empresa. Em vez de haver sensibilidade e compreensão pa	ıra
esta transição, que vai ser de alguma forma dolorosa, vai custar nos bolsos das pessoas, a respe	os-
ta é a arrogância e a intransigência. Este não pode ser o caminho, porque um dia seguramente	os
consumidores vão-se organizar e vão exigir os seus direitos	
Faz-me uma certa confusão esta ideia de que a Águas do Ribatejo, constituída na ba	ıse
destes sete municípios, é a melhor do mundo. Interrogo-me - O Cartaxo, Santarém e outr	os
municípios não serão tão clarividentes como estes sete? São estes sete Presidentes que têm tar	ıta
clarividência que descobriram uma coisa que é só boa para os consumidores e não tem nada co	n-
tra? Preocupa-me este discurso suave e anestesiante e que depois as pessoas não estejam prej	oa-



radas para o que aí vem. Tenho ideia que estamos aqui numa perspectiva de ter aumentos muito
substanciais. Vamos ver já no próximo mês de Janeiro como é que vai ser
O Presidente da Câmara referiu: Não me cabe a mim estar aqui a defender o Presidente
da Administração, mas acho que a leitura que está a fazer não é justa. As declarações dele têm
mais a ver com atrasos nos pagamentos de facturas e com a necessidade de fazer cobranças coer-
civas ou então aplicar corte de água
Se tivesse acesso a essas facturas por pagar se calhar iria ficar surpreendido. Não se trata
de munícipes que têm dificuldades, mas de algumas pessoas ou empresas que aparentemente não
têm essas dificuldades e deixam relaxar as facturas sistematicamente
Queria salientar que ninguém diz que isto é o melhor do mundo. Os factos é que em Por-
tugal não há nenhum sistema de abastecimento de água que a venda mais barata do que a Águas
do Ribatejo
Em relação ao Município do Cartaxo e de Santarém sabe-se muito bem porque é que eles
não estão na Águas do Ribatejo. O que fizeram foi comprometer o futuro, antecipando receitas a
vinte anos. Penso que estes dois concelhos devem ter feito uma opção muito pior da que fez
Coruche, Benavente, Almeirim ou Chamusca
Neste momento, o melhor modelo é este e não tenhamos dúvidas que, no futuro, vai
haver normalização do tarifário a nível nacional. A gestão das águas não será feita por cada um
dos municípios individualmente, mas por empresas de âmbito privado, publico e privado ou só
municipal, como é o nosso caso
O grande papão que a CDU agitava era o do que nos estão a enganar e que vêm aí os pri-
vados a seguir. Afinal, o estudo não coloca essa hipótese da entrada de privados, mas a CDU não
liga a isso e diz que a água vai é aumentar. Certamente que vai aumentar, como outras coisas vão
aumentar. Temos consciência disso. Agora também temos de ter consciência do investimento
extraordinário que está a ser feito por esta empresa em benefício dos consumidores
Por pagarmos mais alguma coisa, a água não deixa de ser pública. Isso é completamente
contraditório com o que está definido em relação à Águas do Ribatejo
Os consumidores sempre pagaram a água. Paralelamente, o que temos de nos habituar é a
consumir menos água. A Águas do Ribatejo vai fazer uma campanha muito forte no sentido de
incentivar as pessoas a gastarem menos água. É uma forma de termos mais respeito pelo ambien-
te, garantirmos água pública e não pormos em causa o futuro do planeta e das reservas de água
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Treze
A Assembleia deliberou, por maioria, vinte votos a favor (dezassete do PS, dois do MIC e
um do PSD) e sete abstenções da CDU:
Tomar conhecimento da intenção da alienação da participação social por parte do Muni-



cípio da Golegã
Autorizar que a participação social do Município da Golegã seja adquirido pelo Municí-
pio de Torres Novas ou pelos actuais sócios
Autorizar que a "AR - Águas do Ribatejo" aliene os bens que constituíram a realização de
capital em espécie pelo Município da Golegã
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO CATORZE - ENTRADA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS NA "AR
- ÁGUAS DO RIBATEJO":- Foi presente o ofício n.º 12287, de 14 de Dezembro de 2009, da
Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada
por maioria, em sua Reunião Extraordinária de 14 de Dezembro de 2009, a qual fica a fazer parte
integrante da presente Acta
Não havendo da parte dos Deputados Municipais interesse em usar da palavra, o Presi-
dente da Assembleia, colocou à votação o Ponto Catorze
A Assembleia deliberou, por maioria, vinte votos a favor (dezassete do PS, dois do MIC e
um do PSD) e sete abstenções da CDU:
Autorizar o aumento de capital da "AR - Águas do Ribatejo" a subscrever pelo Município
de Torres Novas, nos termos constantes na Análise Económico-Financeira do Alargamento do
Sistema Intermunicipal, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá por integral-
mente transcrita para todos os efeitos legais
Autorizar que a participação social do Município da Golegã seja alienada ao Município
de Torres Novas, nos termos que a "AR - Águas do Ribatejo" e os referidos Municípios enten-
dam por convenientes
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUINZE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍ-
PIO:- Foi presente o ofício n.º 12282, de 14 de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de
Coruche, anexando o Relatório acerca da Actividade e Situação Financeira do Município, respei-
tante ao período de 19 de Setembro a 9 de Dezembro de 2009, o qual fica a fazer parte integrante
da presente Acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presiden-
te da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Ficarei disponível para dar qualquer esclarecimento
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal José Meirinho referiu: Gostaria de colocar algumas questões ac
Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente:
Quando voltamos a reactivar o Conselho Municipal de Segurança?



O Mapa das acções judiciais está bastante completo, mas gostaria de saber um pouco
mais sobre algumas situações, se realmente são de difícil resolução ou se vão ser solucionadas
rapidamente
As dívidas a fornecedores têm um valor bastante avultado, certamente que haverá uma
explicação
Quanto ao empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, com uma taxa de juro 4,29%, se a
Câmara não teria possibilidade de negociar uma taxa de juro mais baixa para anular este custo,
que quanto a mim é exagerado
O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Gostaria de saber se há alguma regulamen-
tação específica em relação às lamas largadas nos terrenos agrícolas. Os agricultores não têm
cuidado de as enterrar e depois é um cheiro nauseabundo. É insuportável
O Deputado Municipal Luís Alberto referiu: Queria colocar algumas questões ao Senhor
Presidente da Câmara:
Em relação à recuperação do edifício da Escola Primária de Lagoíços. Como sabemos o
edifício foi desafecto do domínio público para o domínio privado do Município no mandato
anterior e a partir daí foi cedido ao Rancho Folclórico Malmequeres do Sorraia. É certo que
necessitava de uma intervenção para a actividade do Rancho Folclórico, no entanto essa altera-
ção está a alterar por completo a traça do edifício, nomeadamente a retirada do hall que é carac-
terístico deste tipo de Escolas. A questão que colocava à Câmara é se realmente a situação está a
ser acompanhada.
É frequente acontecer roturas de água e a Águas do Ribatejo procedem à devida repara-
ção, mas depois deparamo-nos com a reposição dos pavimentos. Não sei porque é que não pro-
cede de imediato a esse tipo de trabalhos
Já alertámos as entidades competentes, nomeadamente o SEPNA da GNR e a Direcção
Geral de Veterinária em Santarém, sobre uma situação que se depara na freguesia do Couço -
muitos cães abandonados. A situação continua por resolver. Gostaria de saber se há alguma for-
ma de tratarmos estas situações
O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Sou sensível às questões da água. Devemos
poupar água
Acho que a Águas do Ribatejo não devia incentivar os consumidores à colocação de um
segundo contador
O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos:
Quanto à colocação do segundo contador, não é no sentido de incentivar ao consumo de
água, mas porque a água fica de facto mais barata
Relativamente às roturas e à reposição do pavimento, a Câmara não tem qualquer obriga-



ção. A Águas do Ribatejo desenvolveram um concurso para contratar empresas privadas para
procederem a esses trabalhos em cada município. Tem havido queixas em relação a atrasos na
reposição do pavimento e nalguns casos a Câmara tem-se substituído, mas isso não é da sua
competência
A adaptação do edifício da Escola Primária de Lagoiços está a ser acompanhada pelos
Serviços da Câmara. Admito que haja uma alteração ao projecto de arquitectura e penso que é
sobretudo um alargamento em termos de compartimentação para permitir o funcionamento da
actividade do Rancho Folclórico
Relativamente aos cães vadios aconselho a Junta de Freguesia a dirigir-se a quem de
direito - ao Veterinário Municipal ou SEPNA da GNR. Qualquer dessas entidades darão resposta.
A Junta de Freguesia denunciou uma situação que não aconteceu, o que é lamentável. Fez
queixa para entidades de nível superior, quando as que estão no terreno desconhecem a situação
$\acute{E}\ no\ m\'inimo\ desagrad\'avel$
Em relação às lamas, não há legislação específica. Dizem os técnicos que não são poluen-
tes. De facto, causam um mau estar e incómodo terrível
Na Azervadinha essa situação já foi levantada e está a decorrer o processo de con-
$tra-ordena \\ \varsigma \\ \~ao. \\$
O Conselho Municipal de Segurança bem como outros, terão de retomar as suas funções.
A própria Assembleia terá de nomear os seus representantes
A dívida a fornecedores é uma situação pontual, não é significativa face ao tipo de
empreitadas. A situação está perfeitamente controlada
Renegociámos todos os empréstimos com a Caixa Geral de Depósitos e conseguimos, de
facto, taxas de juro muito interessantes. Em relação a este empréstimo penso que havia uma
cláusula que não deixou alterar a taxa de juro.
Só pode ser por ironia ou boa disposição, no final desta reunião, estar-me a perguntar
qual é a expectativa em relação a estas acção judiciais. Não fazemos a mínima ideia. Pode haver
uma situação mais evoluída, mas na maior parte delas não temos conhecimento de quando se vão
resolver. Algumas têm muitos anos.
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da
palavra
Da parte do público ninguém manifestou interesse em usar da palavra
O Presidente da Assembleia referiu: Queria cumprimentá-los pela forma como esta
Assembleia decorreu. Era uma sessão extremamente exigente e muito extensa. Agradeço a cola-
boração e participação de todos



Queria desejar a todos um Bom Natal e um Bom Ano de 2010, cheio de prosperidade saúde.				
	NTO:- E nada mais havendo a tratar, o Presidento			
	duas horas e dez minutos, do dia dezanove do			
	sente Acta, que eu, Nelson Fernando Nunes Galv			
	O Primeiro Secretário			
	O Presidente da Assembleia Municipal			